

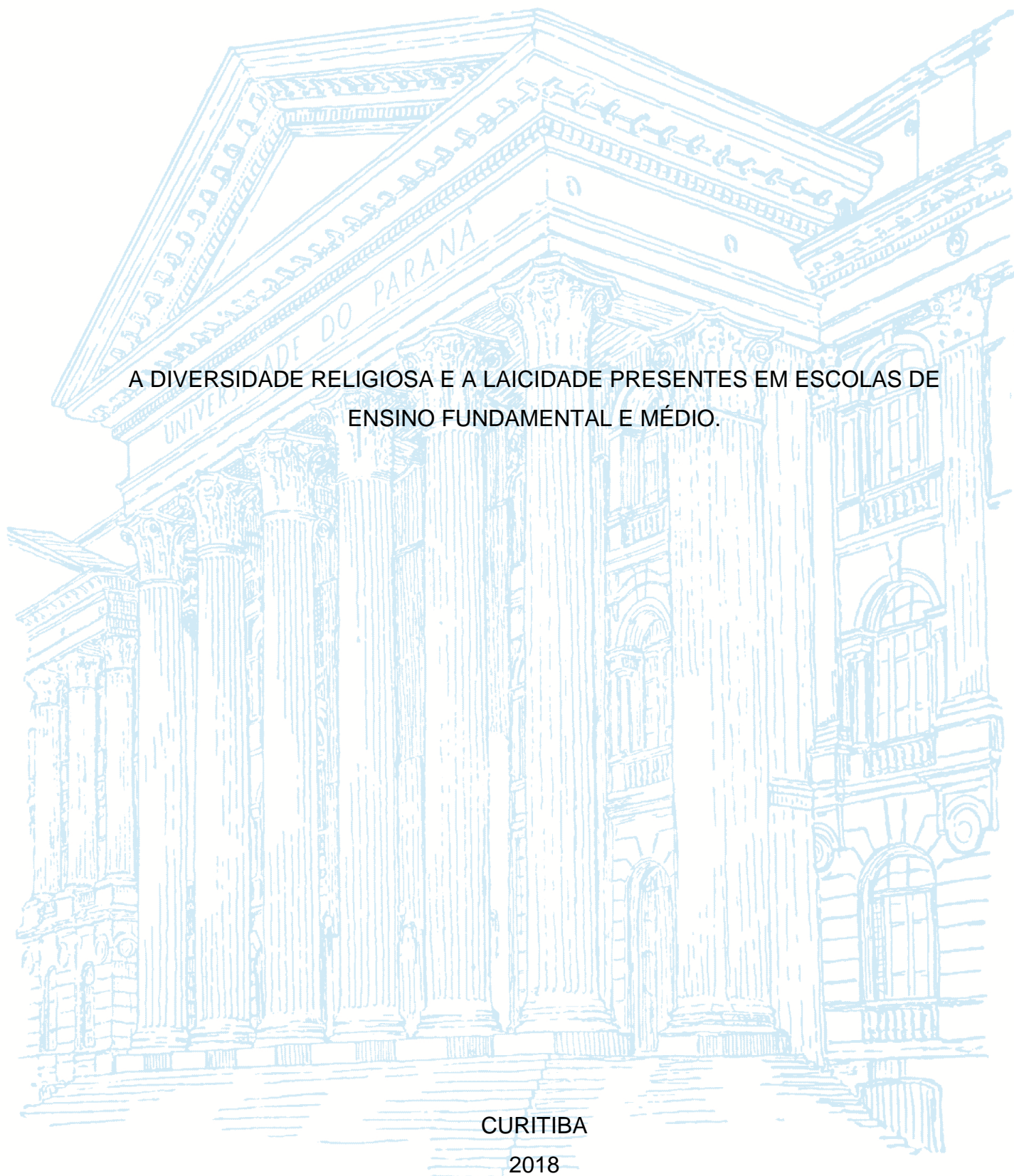
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA CAROLINE MAYRHOFER

A DIVERSIDADE RELIGIOSA E A LAICIDADE PRESENTES EM ESCOLAS DE  
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.

CURITIBA

2018



ANA CAROLINE MAYRHOFER

A DIVERSIDADE RELIGIOSA E A LAICIDADE PRESENTES EM ESCOLAS DE  
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Pedagogia, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do diploma.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Adriane Knoblauch

CURITIBA

2018

Dedico esta pesquisa a todos que, assim como eu, acreditam em uma educação pública, laica e de qualidade. Em tempos de tantos desmontes de direitos, há que se resistir.

## AGRADECIMENTOS

O trabalho de conclusão de curso materializa o encerramento de um ciclo. Vê-lo pronto demonstra a concretude de cinco anos de aprendizados. É gratificante poder agradecer essa oportunidade de aprender tantas coisas ao longo de uma formação acadêmica.

Chegar aqui é uma conquista. Eu jamais teria conseguido se não fosse o amparo da minha tia-avó-madrinha-mãe. Ela quem esteve ao meu lado quando eu achei que não daria conta de continuar. Foi ela quem me incentivou a prosseguir. A ela agradeço por toda mão estendida, braço forte, ombro largo para choros. Aprendi que sempre haverá um refúgio, onde quer que esteja.

Agradeço à minha irmã, que me auxiliou de todas as maneiras possíveis e imagináveis, me socorrendo sempre que precisei. Contigo descubro que não sou sozinha nesse mundo. Obrigada por sempre ser calma quando sou vendaval. À minha mãe, meu pai e meu irmão por serem porto quando eu estava à deriva.

Agradeço às minhas amigas do coração, que estiveram perto quando mais precisei. Débora, Maria, Fernanda, Júlia, Ana, Isabel. Obrigada por serem refúgio e acolhimento nas horas de dúvida. Por serem riso solto nas horas felizes.

Às minhas companheiras de curso: Gabrielli, Camille, Mariana, Ghyovanna. E também os companheiros Dioury e Iorge. Por sempre estarem prontos a debaterem, discutirem e crescerem. Quantas foram as vezes que pudemos ter trocas de saberes, mas também, de vida. Obrigada por terem percorrido essa caminhada ao meu lado, e terem contribuído tanto para o meu crescimento. Vocês foram essenciais.

À minha orientadora, Adriane Knoblauch, por todo ensinamento, paciência, e construtivismo. Foi uma honra poder conviver e aprender com você.

Sou grata por ter a oportunidade de estudar em uma Universidade pública, com ensino de qualidade, me fazendo acreditar que é possível sim construir uma educação pública e laica. Agradeço às minhas professoras, que foram essenciais para esse percurso. Mais do que isso, elas são inspiração. Dar aulas que motivam e impulsionam não é para qualquer uma, requer muito estudo e muita dedicação. Com elas, pude compreender que não há dom para o exercício da docência – ainda bem! Mas há amor na causa em que se crê.

Descobri minha paixão pela Educação, minha motivação para o meu trabalho, minha realização enquanto profissional. Defendendo-a enquanto política pública e construindo-a por onde passar. Espero seguir sendo o meu melhor enquanto pedagoga. Vários foram os ensinamentos e aprendizados, os percalços e as conquistas. Sou grata por ter vivido tudo que vivi até aqui. Que venham novos horizontes e desafios, pois a educação é um ato de coragem!

Você vai ser infinito  
Mas também vai ser só um instante

(MÓVEIS COLONIAIS DE ACAJU – Campo de batalha.)

## RESUMO

A laicidade e o respeito à diversidade são os eixos centrais dessa pesquisa desenvolvida em parceria com a REDISCO. A partir de um breve recorte histórico acerca da temática educação e laicidade, fundamentamos esse trabalho com os objetivos de evidenciar situações envolvendo a diversidade dentro de sala de aula, elencar situações envolvendo a laicidade, demonstrar o entendimento dos professores acerca dessa temática, apresentar situações envolvendo a discriminação e apontar questões vivenciadas dentro de sala de aula sobre o racismo. Como instrumento para obtenção dos resultados utilizamos um questionário que foi aplicado com onze professores da rede pública da cidade de Curitiba, com idades variadas entre 27 a 55 anos, de formações diversas que atuam no Ensino Médio. As respostas dos profissionais evidenciam a carência acerca da formação e concepção que os mesmos têm sobre laicidade, o que dificulta a garantia dos direitos individuais dos alunos que estudam na rede pública do estado do Paraná.

Palavras-chave: Laicidade. Diversidade. Racismo. Cultura.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>1</b>	<b>A RELIGIÃO NA ESCOLA.....</b>	<b>22</b>
1.1	A PESQUISA.....	22
1.2	OS SUJEITOS.....	22
1.3	LAICIDADE.....	31
1.4	CULTURA.....	33
1.5	A PRESENÇA DA RELIGIÃO NA ESCOLA .....	34
1.6	CONCEITO DOS PROFESSORES SOBRE LAICIDADE .....	36
1.7	PRÁTICA DOS PROFESSORES SOBRE A LAICIDADE .....	41
1.8	FORMAÇÃO DO DOCENTE SOBRE LAICIDADE.....	43
1.9	A ESCOLA É LAICA? .....	45
<b>2</b>	<b>DIVERSIDADE NA ESCOLA .....</b>	<b>48</b>
2.1	GÊNERO .....	49
2.2	RACISMO.....	58
2.3	DIVERSIDADE SOCIAL E CULTURAL .....	66
2.4	DIVERSIDADE SOCIAL .....	67
2.5	DIVERSIDADE CULTURAL .....	71
2.6	JULGAMENTOS.....	74
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>77</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>81</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>84</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu após ser evidenciada a necessidade de analisar a ausência da laicidade nas práticas cotidianas escolares. Diante da vivência no Estágio Obrigatório de Educação Infantil, deparei-me com esse fenômeno dentro da escola pública. Verificando a existência de orações, pedidos de “bênçãos” e a pressuposição de um deus punitivo, percebi como a naturalização dessas situações são dadas no âmbito escolar, sem que existam maiores questionamentos. Tal fato me inquietou, uma vez que o Estado, em tese, garante que a educação pública é laica.

A pesquisa estará ao lado de outra, de maior amplitude, denominada *Religião, discriminação e racismo no espaço escolar (REDISCO)*, coordenada pela professora Françoise Lantheaume, de Lyon, com a participação de pesquisadores franceses, canadenses e brasileiros. Dessa forma, o interesse deste projeto de pesquisa se alinhou ao projeto maior, de modo que será utilizado o mesmo roteiro de entrevista a professores de fundamental II e ensino médio.

A presente pesquisa teve como objetivos evidenciar situações na atividade profissional do docente relacionadas à diversidade cultural e social; elencar situações envolvendo a laicidade dentro de sala de aula; demonstrar o entendimento dos professores acerca da temática da laicidade; apresentar situações envolvendo a discriminação; apontar questões vivenciadas dentro de sala de aula abordando o racismo.

Após entrevista com professores do ensino médio, levantaram-se critérios para auferir a existência ou não da presença da religião e da diversidade dentro da escola, e as formas com as quais elas se manifestam.

Tal investigação foi de suma importância para que tenha se observado a eficácia e aplicação da norma maior, que aufere o Estado laico dentro da escola, e a garantia do resguardo de todas as formas de credo e seu devido respeito dentro do ambiente escolar, bem como o respeito a todas as interfaces da diversidade e como ela se apresenta dentro da sociedade escolar. Verificou-se o impacto do cumprimento (ou não) da lei por parte dos docentes e também da instituição escolar como um todo, bem como o ponto de vista dos professores acerca da temática.

É importante ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê o direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade, sendo direito da criança “Art. 16 O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: inciso III – Crença e

*Culto religioso*”. Dessa forma, se o professor ou qualquer outro membro da escola, onde exista uma relação de poder, praticar a sua fé dentro da escola pública, estará ferindo o direito da criança e do adolescente, pois naturalizará uma prática em clara demonstração de poder, desrespeitando o aluno enquanto indivíduo dotado de direitos e personalidade.

Ademais, é necessário entender os impactos da diversidade religiosa presente em sala de aula, como os professores percebem tais efeitos e como trabalham com isso. Levantar os referidos dados contribuirá para a avaliação do cumprimento da lei, de modo a identificar se os direitos inerentes da criança e adolescente estão sendo resguardados.

A presença da religiosidade dentro da sociedade brasileira sempre foi uma realidade. Somos um país eminentemente católico, visto que, desde o período colonial, a existência de uma religião única e centralizadora, “intimamente ligado à conquista e à preservação da nova terra e ao empreendimento colonial” (HOORNEART, 1974 apud NEGRÃO, 2008), regulamenta nossa essência e delimita nossa atividade, fazendo com que outras religiões demorassem para despontar dentro de nosso território.

Apenas em 1808, com a vinda da família real para o país, que religiões protestantes puderam realizar cultos e exercerem com mais força suas crenças. Mas, ainda assim, o fenômeno foi considerado como “protestantismo de imigração” (PIERUCCI, 2004), dado como forma de expressão para imigrantes manterem sua fé, língua e cultura. Entretanto é um ramo do protestantismo que tem diminuído dentro das demais vertentes, uma vez que se trata de uma vertente tradicional da religião e, atualmente, percebe-se um afastamento das doutrinas tradicionais pelas vertentes evangélicas denominadas pentecostais e neopentecostais

A própria religião católica registra uma queda vertiginosa no número de adeptos e isso se dá por dois motivos: o crescimento de religiões protestantes, pentecostais e neopentecostais e o crescimento no número de pessoas sem religião. Pierucci (2004, p. 19) afirma que:

[...] os indivíduos tendem a se desencaxar de seus antigos laços, por mais confortáveis que antes pudessem parecer. Desencadeia-se nelas um processo de desfiliação em que as pertenças sociais e culturais dos indivíduos, inclusive as religiosas, tornam-se opcionais e, mais que isso, revisáveis, e os vínculos quase só experimentais, de baixa consistência. Sofrem fatalmente com isso, claro, as religiões tradicionais.

Ou seja, verifica-se que as religiões tradicionais vêm perdendo espaço para novas formas de expressões religiosas. Todavia os católicos ainda são maioria, mesmo que estejam perdendo espaço diante dos recentes levantamentos do censo no ano 2000, em que, dos 170 milhões de habitantes do país, 125 milhões ainda se declaram católicos.

Entretanto é necessário que percebamos como o nosso país circunda religiões cristãs. Mesmo com esse decréscimo católico e aumento de religiões pentecostais, percebe-se que o país ainda fica centralizado em religiões eminentemente pautadas no cristianismo. Entende-se então que:

[...] o que se costuma chamar de pluralismo religioso caracteriza-se essencialmente como crescente diversidade cristã. [...] o pluralismo religioso, portanto, é um fenômeno bem maior do que a heterogeneidade cristã (SOUZA, 2012, p. 129).

Há uma categoria censitária, criada nos anos 2000, chamada “neocristianismo”, que abrange religiões como Testemunhas de Jeová, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Legião da Boa Vontade e também o Espiritismo. São religiões com referências doutrinárias próprias, mas seguidoras de vertentes derivadas de Jesus Cristo. Contabilizando com essa nova categoria, haveria um total de 2% da população inseridos dentro da vertente cristã, totalizando (entre católicos – 73,9%; protestantes – 15,6%; neocristãos – 2,0%) um total de 91,5% da população brasileira crentes na palavra de Cristo. Sendo assim, pode-se afirmar que “aquilo que é chamado diversidade religiosa brasileira, caracteriza-se de fato como um pluralismo cristão” (SOUZA, 2012, p. 137).

E por que é importante saber desses dados para a pesquisa? Para que possamos entender a realidade religiosa do país, como ela está disposta, de modo que possamos analisar como ela se reflete dentro da sala de aula.

Ainda que as religiões sejam baseadas no cristianismo, há inúmeras distinções entre as religiões e crenças presentes na atualidade. E dessas distinções é que podem vir a nascer conflitos, tanto na relação entre os alunos, quanto na relação professor-aluno.

Enfoquemos então no nosso objetivo, que é a escola. O que ela tem a ver com a religiosidade? A escola é um dos tantos locais de socialização, bem como família e outros ambientes. Sendo um agente socializador, é um meio onde é constituído e formador de culturas e suas trocas. Desse modo vem a:

Forjar, em tensas e intensas relações, um *habitus*, um *modus operandi* de pensamento, bem como um sistema de disposições orientador de condutas, matéria de importância para educadores da atualidade que se veem defronte a uma realidade múltipla de referências de estilos de vida. (SETTON, apud KNOBLAUCH, 2015, p. 3, grifos do autor).

Ou seja, a prática religiosa dentro da escola não é algo fora de contexto para os alunos, visto que corriqueiramente existem situações que trazem à tona essas condutas – uma vez que religião e educação, no Brasil, sempre andaram lado a lado, pois “a construção da identidade religiosa dos agentes escolares se dá de maneira dinâmica. Isto é, a dimensão da religiosidade está interligada a outras instituições nas quais os indivíduos circulam, inclusive nas escolas” (SETTON apud VALENTE, 2017).

A naturalização dessas atitudes dentro do ambiente escolar faz com que seja cada vez mais difícil discernir a laicidade do estado, tanto para os alunos quanto para os professores. Ainda que os discentes não tenham a obrigação de, em um ambiente escolar, não expressarem sua crença – ao contrário, devem ser respeitados por seus credos, independentemente de quais sejam –, os docentes deveriam apresentar-se de maneira neutra com relação à sua fé no ambiente da sala de aula, pelo respeito à laicidade. Contudo sabemos que tal fato não acontece.

Buscando referencial teórico sobre a laicidade da escola pública, não se encontrou documento oficial que afirmasse tal fato. Entretanto a educação está prevista na Constituição Federal de 1988 como sendo Direito Social, no artigo 6º, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”, e também prevista na LDB 9394 de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no art. 2º, “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”. O Estado, por sua vez, é laico, conforme preconiza a Constituição Federal:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

Sendo o Estado laico, a educação oferecida por ele também deve ser realizada desse modo. A LDB 9394/96 estipula os parâmetros nacionais para a implantação da educação, tal qual prevê seu primeiro artigo:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

As diretrizes nacionais da educação estipulam o que a escola deve ofertar, e de que modo. Nela existem parâmetros sobre aulas de ensino religioso, que devem ser ofertadas de maneira facultativa ao aluno, no ensino fundamental II, tendo o compromisso de apresentar para os alunos o pluralismo religioso presente no país e no mundo. Não discutiremos os conteúdos abordados dentro de tal matéria. Ater-nos-emos à prática da laicidade na escola e o porquê da necessidade de se resguardar tal direito para toda a sociedade.

Faz-se necessário questionar a religião e a religiosidade no interior das escolas e suas formas de manifestações, pois a necessidade de atenuar as expressões religiosas nesses ambientes tende a ser algo pouco naturalizado e frequentemente minimizado diante da sociedade, devido ao processo histórico que a educação brasileira carrega. Pois, desde o nosso descobrimento, a educação foi encargo da igreja e talvez seja por isso a dificuldade em desvincular esse olhar atenuante para essas práticas.

O trabalho consiste em dois capítulos centrais. O primeiro capítulo discorre sobre os sujeitos e espaços da pesquisa, fazendo uma breve análise sobre os integrantes da mesma, bem como uma sucinta explicação sobre a metodologia utilizada na sua aplicação. Em seguida, aborda a religião na escola, tratando sobre a laicidade e a cultura. Desenvolvendo sobre a presença da religião dentro de sala de aula, os conceitos trazidos pelos professores entrevistados e suas práticas, bem

como a formação teórica. A última sessão aborda a perspectiva dos professores sobre a escola laica. Sempre fazendo um paralelo com a entrevista e o referencial teórico estudado. O segundo capítulo trata a respeito da diversidade e suas faces presentes em sala de aula, elencando gênero, racismo, diversidade social e cultural. Terminando com uma sessão sobre julgamentos encontrados nas falas dos professores. Ao longo das discussões, apresentam-se as falas dos professores trazendo embasamentos teóricos para enriquecer o debate.

## **CAPÍTULO 1 - A religião na escola**

### **1.1- A pesquisa**

Após a propositura da pesquisa, elaboraram-se os métodos para a sua realização. Entrevistou-se um total de onze professores que atuam no ensino médio da rede pública de ensino. Os professores foram escolhidos aleatoriamente dentro da escola, de acordo com a disponibilidade para responder o questionário. Responderam professores que lecionavam as matérias: Matemática, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, História, Sociologia, Química, Biologia e Educação Física.

As escolas selecionadas foram o colégio T. e o colégio L. A escolha se deu em virtude da aluna realizar o estágio obrigatório da universidade na primeira instituição referida. A segunda escola foi preferida por ser referenciada por uma colega da aluna, que realizava o mesmo estágio obrigatório na instituição.

Para realizar a entrevista, optou-se por utilizar a gravação das respostas e depois transcrevê-las para que se pudesse trabalhar com as falas dos professores. O questionário, como já explicado, foi elaborado pela pesquisa REDISCO, sendo utilizado um recorte da entrevista para gerar a problemática do trabalho de conclusão de curso.

Para que houvesse a realização da entrevista, a aluna solicitou a autorização da direção da escola, de modo que os professores pudessem ceder as respostas. Após autorizado, a aluna tinha a liberdade de encontrar o professor que tivesse a disponibilidade de respondê-lo em sua hora atividade (uma hora aula com duração de cinquenta minutos onde professor permanece na escola para realizar seus afazeres). As entrevistas aconteceram em locais como a biblioteca, sala dos professores e sala de reunião. No ambiente encontravam-se a aluna e o entrevistado, salvo exceções de interrupções.

Na análise dos dados, foram utilizados recortes das falas, especificamente de dois tópicos do questionário. Explanou-se os resultados, em seguida, fundamentou-se a percepção da aluna com referenciais teóricos.

### **1.2- Os Sujeitos os espaços.**

As entrevistas realizadas com os professores aconteceram em dois colégios centrais da região de Curitiba. O colégio T. e o colégio L.

O colégio T. situa-se no centro da cidade, próximo a praças e pontos de ônibus, o que facilita bastante o deslocamento dos alunos. Atualmente, o colégio

está sofrendo a diminuição de turmas, a escola tem aproximadamente vinte salas de aula, mas possui apenas cinco em atividade. Atualmente, no período da manhã, existem duas turmas de primeira série, duas turmas de segunda série e uma turma de terceira série. No período da tarde há o funcionamento de duas turmas do nono ano do ensino fundamental. E de noite uma turma de EJA. O corpo docente da escola é formado, em sua maioria, por professores substitutos, no regime de contratação temporária, denominados PSS, fazendo referência ao processo seriado seletivo a que são submetidos. É um colégio bastante precarizado, embora haja esforço da direção em mantê-lo funcionando. As estruturas existentes são as mínimas, e isso reflete nos alunos diretamente. Possui uma equipe pequena de funcionários da escola, sendo três pessoas na secretaria, três pessoas na cozinha/limpeza, duas pessoas na portaria/zeladoria, o diretor e a pedagoga. É uma escola tradicional na cidade e ainda possui reconhecimento quando se fala sobre ela.

O colégio L. está situado em um bairro que faz divisa com o centro, sendo de fácil acesso. Hoje o Colégio conta com 13 salas de aula - apesar de apenas 12 estarem sendo utilizadas, 10 banheiros - com utilização de seis, um laboratório de ciências, um laboratório de informática, e a biblioteca. O colégio possui, além do ensino médio, dois dos cursos técnicos que a instituição oferece hoje conta apenas com as turmas finais, já os banheiros não utilizados se dão pela falta de funcionários em número suficiente para manter a higiene e limpeza do mesmo.

Ao todo, foram entrevistados onze professores. Todos lecionavam no ensino médio. Sendo nove que trabalhavam na escola estadual T. e duas que trabalhavam na escola estadual L.

Abaixo, descreveremos brevemente os professores, primeiramente do colégio T., em seguida, do colégio L.

O professor M. com cinquenta e quatro anos leciona Sociologia no colégio T. está lecionando há vinte e seis anos, tendo sua vivência dentro majoritária da escola pública, embora já tenha passado por colégios particulares. Esse professor, especificamente, já esteve dentro do sindicato atuando enquanto secretário geral do combate ao racismo na CUT PR durante quatro anos. Demonstrou ter sido um professor engajado politicamente durante os anos da sua profissão, entretanto, atualmente parece desmotivado. Além de ter sido diretor em outra escola também. Quando questionado sobre os planos futuros, cita o desejo da aposentadoria, que

chegará dentro de quatro anos. O seu padrão (maior número de aulas em determinada escola) não é no colégio T. estando ali apenas para completar carga horária. Nesse colégio, atua com o primeiro e segundo ano do ensino médio. O professor pode ser entendido como negro, mas não se identificou como tal durante a entrevista, demonstra ter consciência de classe e debate sobre as temáticas discutidas durante a entrevista, se posicionando de maneira eloquente e objetiva. Evidencia que durante a sua formação estudou sobre laicidade e não apresenta concepções sobre religião ou religiosidade em sua fala. Várias vezes demonstrou interesse na defesa dos direitos humanos.

A professora J. Tem cinquenta e cinco anos e leciona história, geografia e ensino religioso no colégio T. Natural do Rio de Janeiro, a professora formou-se em educação física e estudos sociais. Reside no Paraná há nove anos. Atua há mais de trinta anos em sala de aula, tendo outras experiências além do trabalho dentro da escola graças à Educação Física, que foi sua primeira formação. É seu primeiro ano no referido colégio, na modalidade PSS, Processo Seriado Seletivo. Possui pós-graduação em recursos hídricos, igualdade racial, e está terminando uma pós na UFPR sobre inclusão e outra no IFPR sobre evasão escolar. Afirmou que ao longo da sua formação teve aulas de sociologia, filosofia e psicologia, as quais influenciaram para que ela soubesse o que era o Estado Laico e toda sua discussão. Quando questionada sobre o futuro, afirma pretender sair do país para conhecer ‘terras diferentes da que pisou até hoje’. É uma professora que demonstra ter expectativa e boa vontade para com os alunos, querendo fazer o melhor que está ao seu alcance, mas afirma que a realidade da escola pública acaba desmotivando o professor a realizar seu trabalho. Manifesta compreensão acerca da realidade social dos alunos, apontando suas vulnerabilidades. Durante a conversa, a professora expôs várias situações pessoais da sua vida, como sua separação, sua relação com a igreja – demonstrando ser bem religiosa na vida pessoal, mas sabe fazer a distinção dos espaços. Sua relação com filhos, marido e mãe. A professora é negra, e ao longo da entrevista evidencia várias situações racistas que viveu, dentro e fora do ambiente escolar, bem como situações que envolvessem a questão de gênero, trazendo vários exemplos para a entrevista, deixando a pesquisa mais rica.

O professor V. tem trinta e seis anos, natural do Rio de Janeiro, dá aulas há onze. No colégio T. leciona a matéria de história para os primeiros anos do ensino médio, onde é seu primeiro ano. Contratado sobre o regime de PSS. O professor

possui experiência em escola, rede pública e na rede privada, lecionando algumas vezes em colégios religiosos. Além de ter trabalhado com pesquisa no IPHAN, bem como em uma escola especial. O professor afirma que trabalha simultaneamente em três escolas. Para ele, o colégio T. possui uma estrutura adequada para a realização do trabalho pedagógico. O professor informa que possui um curso de vigilante, e caso ache algum emprego que remunere melhor nessa área, trocará. Mas afirma que acredita na educação, apenas está difícil permanecer na área em virtude do valor recebido. O professor é bastante crítico com as condições de trabalho existentes, bem como os alunos e a direção da escola. Em seu ponto de vista, o colégio T. possui boa estrutura física. Chama a atenção ao longo da entrevista do professor o fato dele dizer compreender a realidade social dos alunos, entretanto, realiza algumas críticas sobre supostos privilégios que eles possuem dentro de sala em virtude dessa realidade. Muitas vezes realiza julgamentos sobre a realidade familiar dos adolescentes e aponta algumas dificuldades em sala de aula sobre questões polêmicas. Possui algumas dificuldades com os alunos em sala de aula, e os mesmos já fizeram reclamações formais à pedagoga e ao diretor da escola. Sobre a temática da entrevista, compreende bem a necessidade da laicidade dentro de sala de aula. Traz suas experiências para dentro do ambiente escolar, demonstrando seu capital cultural.

A professora P. possui trinta e quatro anos e atua no estado desde 2015. Ao longo da entrevista, A professora elucidou que é concursada, mas seu padrão é flutuante. Todo ano ela precisa escolher a escola que vai ficar, e sempre escolhe o colégio T. Sua primeira formação é medicina veterinária, mas depois se apaixonou por letras, e hoje em dia leciona aulas de português no colégio, tendo lecionado espanhol já. Durante seu processo de formação participou do Pibid (programa de iniciação à docência). Quando questionada sobre o futuro, explicita a vontade de continuar o processo de formação, fazendo mestrado. Possui uma visão mais completa dos adolescentes que estudam ali, olhando-os em sua completude e complexidade. Pois percebe a vulnerabilidade social e emocional que muitos se encontram. Aparenta fazer o seu melhor para aqueles alunos, demonstrando muito carinho por eles em suas falas. Quanto à docência, afirma que ama o que faz, mas gostaria de trabalhar menos em casa, visto que as horas atividades não suprem a demanda do professor. Visualiza a falta de estrutura existente na escola, mas diz reivindicar melhorias junto à direção, esta por sua vez, faz o que está ao seu alcance

para que elas aconteçam. Lamenta que os jovens não verbalizem maiores perspectivas para um futuro e assume que a ausência disso se dá pela falta de apoio na escola, chamando a responsabilidade pra si e para o corpo docente. É uma professora que discute questões polêmicas em sala de aula, como religião e machismo. Foi a única professora que falou deliberadamente durante a entrevista sobre questões de machismo abertamente.

A professora E. tem vinte e sete anos, sendo a docente mais nova que entrevistei. Leciona a matéria de química. Formou-se pela universidade federal do Paraná, tendo feito uma graduação sanduíche em Coimbra, e depois fez mestrado na área. Sobre a profissão, diz que escolheu a docência por acreditar na mesma, visto que sua formação é a licenciatura. Optou por dar aulas antes de seguir estudando, no doutorado, pois acredita que é função dos professores pesquisadores ressignificarem esse olhar sobre a docência e sobre a escola, tendo a necessidade de explicar para a sociedade a importância da pesquisa acadêmica. A professora não é concursada, estando ali sob o regime do PSS. Quando questionada sobre as condições de trabalho, explica a dificuldade que é manter-se financeiramente estando dentro desse regime de contratação, pois além do baixo salário, há a instabilidade, visto que os professores muitas vezes substituem professores concursados por tempo indeterminado, o que faz com que muitos não saibam quando deixarão de lecionar. A professora tem outro trabalho além da docência, em um escritório de engenharia. Informa que, por ser PSS não há uma continuidade no trabalho iniciado com a escola, o que desmotiva o professor. Havia entrado no colégio duas semanas antes da realização da entrevista (que foi em agosto de 2018), sendo muito recente sua admissão, o que fez com que algumas percepções sobre a escola fossem um pouco mais contidas. Informou que, de uma determinada turma, era a terceira professora que assumia aquele ano, o que demonstra as condições de trabalho dentro de sala de aula. É uma professora que, na sua fala, exterioriza empatia, compreendendo e valorizando o contexto social dos alunos. Fortalecendo a vivência de cada um, considerando outras situações além da sala de aula. Entende que o papel da escola na vida dos alunos serve para mostrar outras realidades, ampliando horizontes. A professora é negra, trazendo ao longo da entrevista situações vivenciadas por si. Fala sobre o racismo e suas consequências no decorrer da sua formação, bem como as opressões vividas por ser mulher. Além de enfatizar a dificuldade em respeitarem-na em virtude da pouca idade.

A professora E. possui quarenta e sete anos, e leciona a disciplina de educação física no colégio T. esse era seu primeiro ano no colégio, visto que seu padrão se dava no colégio I. Está formada há vinte e quatro anos, e durante seu processo de formação passou por colégios católicos, bem como a universidade católica. Informa que já possui tempo de contribuição suficiente para se aposentar, mas gosta do que faz e pretende seguir lecionando enquanto tiver saúde. Mas após a aposentadoria, pretende trabalhar com a qualidade de vida do idoso, dentro da sua área de formação. Sobre sua percepção com os alunos, a professora possui uma visão bastante meritocrática com eles, valorizando aqueles que se esforçam mais (dentro da sua perspectiva). Compreende que existem situações diferenciadas dentro do contexto social dos alunos, mas várias foram as falas durante a entrevista que culpabilizavam a família pela situação que os alunos se encontravam, bem como pelo que ela considerava 'falta de educação'. Demonstrou que essa problemática se deveria ao ECA (estatuto da criança e do adolescente) que auferiu muitos direitos aos jovens. Demonstra um bom relacionamento com a escola onde trabalha, entretanto, elucida a falta de estrutura especialmente na sua matéria, não possuindo materiais, nem mesmo uma quadra pintada, o que dificulta a execução do seu trabalho. No outro colégio onde leciona, participa do conselho escolar dentro da equipe multidisciplinar. Durante sua entrevista, várias foram as vezes que utilizou expressões religiosas como 'que deus te abençoe' ou 'graças a deus', o que chamou a atenção.

A professora L. possui 45 anos. É formada em economia pela UFPR, sendo também licenciada em matemática, possuindo MBA em gestão comercial e vendas e está fazendo contabilidade no IFPR. Trabalhou em banco durante vinte anos, foi demitida após a fusão do banco com outro. Tem pouca experiência em lecionar, pois antes de trabalhar como bancária, atuou em escolas durante 6 meses apenas, retornando agora. Está contratada sob o regime de PSS, estando no colégio T. há um mês. Dando aula para 9º ano, 1º série e 2º série do ensino médio. Quando questionada sobre os jovens e suas complexidades, traz um olhar muito marcado pelo modelo de educação que recebeu quando estava na escola. Muitas vezes demonstrou sentir falta de um modelo mais autoritário dentro de sala de aula, como justificativa à falta de 'respeito' que os jovens apresentam nos dias de hoje. Possui uma visão meritocrática, ao longo da entrevista elucidou várias vezes sobre o esforço individual de cada um. Sobre os jovens, desacredita-os enquanto

protagonistas de suas histórias, colocando-os como perdidos ou desajuizados. Culpabiliza-os por não quererem aprender os conteúdos da escola, dizendo que os mesmos deveriam ser mais gratos pelo ensino que recebem. Realiza críticas sobre a incidência de professores PSS dentro de sala, dizendo que os alunos não aprendem quando há uma intensa troca de professores dentro da escola, para que haja uma continuidade do ensino. Sobre a estrutura escolar, elogia o corpo docente, a direção e a secretaria, demonstrando um bom relacionamento com todos. Por ser recente sua atuação em sala de aula, desconhece algumas legislações existentes como a ECA (visto que atribui culpa ao estatuto por dar muitos direitos aos alunos) e algumas orientações da secretaria de educação do estado. Durante a entrevista, a professora elencou várias vezes sua dificuldade em demonstrar sua autoridade dentro de sala de aula, bem como ter respeito dos alunos enquanto professora. Expos também sua limitação para manter o domínio da turma em termos de conversa e uso de celulares. Quando abordada sobre a diversidade, mostra-se propensa a ser mais liberal, defendendo o direito de todos se relacionarem com quem quiserem, mas apresentava uma carga de moral em algumas circunstâncias, como por exemplo: escola não é lugar pra ficar de namorinho. Demonstrando uma falta de habilidade em dialogar com o adolescente e todas as questões que os permeiam. Defende uma educação pública de qualidade, questionando a formação dos professores, e propondo educação em tempo integral. Bem como cursos profissionalizantes, além de aulas voltadas ao lazer (como aulas de artes manuais, marcenaria, enfim). Ao longo da sua entrevista, demonstrou uma perspectiva de religiosidade, mas não atribuía nada a deus. Em vários momentos, atenuou circunstâncias e práticas de bullying e racismo sob o discurso de brincadeiras.

A professora M. tem trinta e cinco anos, trabalhando na área por 12 anos com algumas interrupções. Trabalha tanto com o ensino médio, quanto fundamental, bem como a Educação para Jovens e Adultos. Formada em biologia pela PUC PR, após alguns anos fez a segunda graduação em direito. Já foi professora concursada, do período de 2011 a 2013, mas pediu exoneração do cargo para poder atuar na área jurídica. Quando questionada sobre sua escolha, elucidou que a licenciatura não era sua primeira opção, pois gostaria de trabalhar com pesquisa. Retornou para a docência após o nascimento da sua filha, pois é algo mais seguro (rentavelmente falando) do que a carreira jurídica, mas espera retomá-la, pois não pretende lecionar para sempre. Com relação às condições de trabalho docente, diz que a estrutura

das horas atividades funcionam bem. Atua ali no colégio T. e também em outro colégio estadual, sendo contratada sob o modelo de PSS. Sobre o perfil dos alunos, elucida conhecimento e compreensão sobre a situação social em geral, demonstrando empatia sobre os adolescentes e suas circunstâncias de vida. Demonstra compreender que muitos alunos buscam condições melhores de estudo no centro, e valoriza essa informação. Revela certa dificuldade em trabalhar com alunos usuários de substâncias entorpecentes, demonstrando uma falta de formação sobre o assunto. Explana conhecimento político sobre a situação das escolas no Paraná e a tentativa do governo de fechá-las, diminuindo o número de alunos e de turmas nas escolas centrais. Fala sobre a desmotivação da docência em atuar com essa conjuntura das escolas. Dentro das suas aulas, existe a circunstância de conflitos derivados da religião, trazendo alguns exemplos muito ricos para a entrevista. A professora descreve que conhece e respeita várias formas religiosas, tendo frequentado vários espaços ao longo da sua vida, mas se denomina católica. A religião se mostra presente em sua vida, procurando até mesmo um colégio com esses valores para colocar sua filha.

A professora C. tem quarenta e seis anos. Nascida no Chile, com quatro anos foi para o Rio de Janeiro, onde viveu até os dezessete. Escolheu a docência por influência dos pais, visto que não sabia o que queria fazer. Queria ter cursado português Francês, mas fez o curso de letras português inglês na PUC PR. Atua como professora há mais ou menos dez anos, tendo alguns períodos de pausa no meio desse percurso, tendo trabalhado tanto na rede pública quanto na rede privada. Retornou para a docência por questões de flexibilidade de horário. Contratada pelo regime do PSS, atua em outras escolas além do colégio T. não é a primeira vez que dá aulas na escola, elencando que já houve problemas com a direção sobre questões pessoais da professora, demonstrando rugas no relacionamento. A professora diz que, agora, descobriu sua 'missão' enquanto profissional. quando questionada sobre planos futuros, explana a vontade de trabalhar com constelação familiar, uma espécie de terapia holística. Possui uma visão bastante mística sobre as suas relações que estabelece com os alunos. Ao seu ver, a estrutura da escola deveria ser melhor, pois as salas de informática não funcionam, não existem recursos multimídia, entre outros. Quando questionada sobre a realidade dos alunos, a professora demonstra um posicionamento bem complexo, mostrando-se em muitos momentos preconceituosa e meritocrática. Não

sabendo trabalhar com a questão da diversidade de gênero nem de raça, trazendo falas bastante discriminatórias.

A professora C. possui cinquenta e cinco anos e atua no colégio L. ministra aulas de educação física. Iniciou seu processo de formação fazendo magistério, se formou na universidade com dezenove anos e começou a dar aulas na cidade que morava, em Mafra – SC. Fez pós graduação na UNICAMP e fez o mestrado com aproximadamente quarenta anos, na UFSC. Lecionou em universidades privadas, e já foi professora substituta na UFPR. Depois disso, atuou na Secretaria de Educação durante oito anos. Fez também o PDE, um programa de governo de afastamento de sala de aula do docente para a realização de um mestrado profissional. a professora traz relatos muito impressionantes sobre sua ligação com a escola e com os alunos, demonstra paixão pelo que faz e acredita na educação. Atua no colégio L há oito anos, e elucida que é um colégio ótimo para se trabalhar. Demonstra muita satisfação em estar inserida nesse espaço. Seus planos para o futuro envolvem a aposentadoria, mas não o afastamento da escola. Pretende ficar por perto sempre, demonstrando ser uma professora muito motivada. A professora explana com carinho sobre os alunos, elucidando que no colégio a diversidade social não é algo que se destaque tanto, a professora afirma que não influencia tanto dentro de sala de aula a realidade dos adolescentes pois todos são parecidos nesse quesito. Enfatiza que possui um bom relacionamento com a gestão da escola, mostrando admiração também pelo corpo docente. Afirma que a escola investe em infraestrutura, e que as condições de trabalho na escola são justas. Faz parte do conselho escolar e da APMF. Ao longo da entrevista, falou sobre sua concepção religiosa, tendo sido criada em família católica, e explicita que nunca debateu dentro da escola, em espaço de formação com o corpo docente, sobre o estado laico, denotando a defasagem na formação profissional. Entretanto, demonstra clareza sobre o assunto, pois esteve em outros espaços de formação acadêmica que abordaram a temática. sobre a diversidade de gênero, racial e de religião demonstra grande respeito pelo diferente, se tratando dos alunos.

A professora D. tem cinquenta anos e atua como docente no colégio L. há dezenove anos. Sua primeira formação é língua portuguesa na PUC PR, e a segunda, é em direito pela Unicuritiba. Disse que escolheu essa profissão por ter tido uma professora da matéria que foi bastante marcante em sua vida. Veio a fazer direito depois de mais velha, em dois mil e dois. É mãe de dois filhos, sendo um com

síndrome de down. Diz que gosta da docência por ser um ambiente dinâmico. Quando questionada sobre o futuro, afirma pretender trabalhar na área jurídica. Sobre a situação escolar, elucida a queda de matrículas dentro do colégio e atribui isso à política de fechamento de escolas realizada pelo governo do Paraná. Enuncia um bom relacionamento com a escola, tanto que está há muitos anos na mesma, afirmando que as condições de trabalho são boas, o corpo docente comprometido e a escola um local muito bom. Com relação aos alunos, demonstra ter ótimo relacionamento com os mesmos, entendendo sua situação social, mas em algumas falas aponta algumas questões de mérito. Mas aponta críticas à defasagem escolar que os alunos possuem, atribuindo tal fato à estrutura da educação. Como trabalha com língua portuguesa, na elaboração de redações as vezes aparece algumas temáticas polêmicas com as quais precisa trabalhar, mas diz que nunca teve problema com relação a isso. Em virtude de sua segunda formação, conhece bastante sobre o estado laico e o questiona com rigor. Respeita a liberdade dos alunos, seja na questão de gênero, liberdade religiosa ou questões raciais. Demonstra ser uma professora bastante razoável.

### **1.3- Laicidade**

Diante das entrevistas realizadas com professores do ensino médio da rede pública, verificou-se a necessidade de uma explanação sobre laicidade. Afinal, por que ela é importante dentro das escolas?

Entende-se que a “presença religiosa no espaço público escolar é, principalmente, uma questão política” (VALENTE, 2018b, p.1). Garantir um ensino de qualidade, dentro do espaço escolar brasileiro, é uma questão de garantir a soberania de um Estado que segue sua carta magna e respeita seu sistema político vigente.

Assegurar a laicidade do Estado é, antes de tudo, quebrar com a naturalização da religião dentro do espaço escolar, pois, muitas vezes, há uma relativização de símbolos dentro do ambiente da escola, bem como na postura dos professores com hábitos como rezas ou agradecimentos.

Faz-se necessário entender que o Estado laico é imparcial em matéria de religião (CUNHA, 2013), dando espaço para todas as religiões coexistirem em harmonia na sociedade, sendo respeitadas. Assim, laicidade não representa um “anticlericalismo” ou mesmo um ateísmo:

A laicidade não é o antirreligioso na sociedade. Mas o antirreligioso na esfera pública. É a separação entre fé (domínio privado) e a instituição (Igreja, instituição de domínio público) (DOMINGOS, 2009, p.46).

Nessa perspectiva, respeitar o princípio da laicidade é efetivar que todos os integrantes de uma sociedade sejam acolhidos e contemplados em suas escolhas. A escola pública é um espaço de socialização, sendo representante do Estado. Desse modo, é necessário que os direitos de todos sejam respeitados, tanto da pessoa que professa sua fé, bem como aquele que escolheu não ter fé alguma.

O princípio da laicidade é, ao mesmo tempo, o de afastamento do domínio político e administrativo do estado, e do respeito ao direito de cada cidadão ter ou não uma convicção religiosa e professá-la. Tem como ideal a igualdade na diversidade, o respeito às particularidades e a exclusão dos antagonismos (DOMINGOS, 2009, p.50).

Defender o Estado laico é defender um ambiente plural, que abrange todos os integrantes de uma sociedade que vivem em um país que se diz democrático como o Brasil, assegurando para todos que existe o direito o direito à liberdade, de modo que os indivíduos possam ter autonomia sobre seus atos.

A laicidade une de forma indissociável a liberdade de consciência, fundada sobre a autonomia individual, ao princípio de igualdade entre os homens. É a garantia da liberdade de pensamento do homem-cidadão dentro de uma comunidade política, a garantia da liberdade de espírito e da liberdade do próprio homem (MENASSEYRE, 2003 apud DOMINGOS, 2009, p.51).

Trata-se, então, de um direito individual de cada cidadão, para efetivar que sua vontade seja respeitada.

Engana-se quem acredita que a laicidade se opõe à religião. Conforme afirma Domingos (2009), é a laicidade que permite o pleno e livre exercício da religiosidade, seja de forma institucionalizada ou individualizada.

Para compor um Estado laico é necessário:

Quatro elementos que definem a laicidade de um país são a neutralidade, a liberdade de crença, a igualdade e a separação entre Estado e religiões (BAUBERÓT e MILOT 2011 apud VALENTE, 2018a, p.114).

Em termos jurídicos, o Brasil assegura os quatro elementos existentes, mesmo não afirmando em sua constituição a palavra “laicidade”.

Percebe-se que a garantia da laicidade dentro da escola pública é necessária para efetivar o direito de todos os cidadãos que estão ali na qualidade de alunos. Soma-se o fato de, em grande maioria, serem adolescentes, devendo ainda mais

serem resguardados pelo Estado, reafirmados também pela existência do ECA, que garante a liberdade ao culto religioso da escolha da família.

#### **1.4- Cultura**

Ao longo das entrevistas, os professores apresentaram grande naturalização aos elementos religiosos presentes em sala de aula, mas muitas das vezes evidenciaram tal fato como natural, uma vez que não identificavam aquela situação uma transgressão à norma, pois, como afirmou a professora J, 55 anos, que ministra a disciplina de história:

“Eles vivem, eles veem a religião como cultura, porque meu pai é, minha família é, então eu sou dessa forma”.

Essa naturalização é confundida com a cultura hegemônica do nosso país, principalmente pelo fato do nosso processo de colonização ter sido influenciado diretamente pela igreja católica. A religião muitas vezes se confunde com a nossa cultura, sendo naturalizada a sua expressão nas mais diversas formas, inclusive na esfera pública, em que, em tese, não deveria aparecer.

A dificuldade de se pensar cultura e religião em separado demonstra a singularidade de uma sociedade fundada na conjugação de uma pluralidade religiosa (FILHO, 2013, p.104).

Percebemos que a religião está dentro da escola de várias formas. Seja por intermédio do professor, do aluno ou mesmo da instituição escolar por meio de representantes da diretoria, equipe pedagógica ou secretaria.

Portanto é necessário lembrar que a religião é uma “construção cultural que produz sentido e sofre alterações e adequações ao longo do tempo, pois é fruto de uma relação dialética entre condições objetivas e subjetivas” (BERGER, 2012 apud KNOBLAUCH, 2015, p.4). Ou seja, a religião é também um agente de socialização, bem como a escola, a família e a mídia.

Dessa forma, a religião deve ser entendida como forma de estabelecer relações sociais, sejam individuais ou coletivas, sendo exponenciadas dentro do ambiente escolar. Tal qual afirma Setton (2008), refletir sobre as religiões a partir do ponto de vista da educação é também admiti-la enquanto produtora de cultura.

Não devemos esquecer que a religião é também responsável por produzir valores morais dentro da nossa sociedade, na mesma proporção que a família e as mídias também o fazem.

A religião é uma forma cultural, isto é, produto histórico-social da religiosidade. Ela formaliza e consagra os laços sociais, reforçando-os e (re)ligando os indivíduos. Além disso, ela organiza a vida coletiva para dar segurança na manutenção das relações sociais, com base na proposição de um modo de ser e em uma ordenação ou categorização do mundo e da experiência humana (VALENTE, 2018a, p.120).

Então, entender a religião como forma constituidora de cultura é compreender que esse espaço de socialização se evidenciará em locais como a escola. Caberá o desafio aos professores conseguirem administrar tal latência em sala de aula, pois também sofrem essa influência da socialização religiosa. Eis aí o grande desafio em garantir uma escola Laica.

### **1.5- Presença de religião na escola**

Ao longo das entrevistas, pude perceber a presença de vários elementos religiosos na fala dos professores, utilizando expressões como “Deus te abençoe”, o que pode ser observado na fala da professora E. (47, Educação Física) na despedida da entrevista: “obrigada, que deus te abençoe. Espero que tua pesquisa possa ir muito além do que você imagine. Deus te abençoe”. Essas reproduções podem ser vistas como inocentes a respeito do cotidiano, mas evidenciam uma naturalidade e aceitação da cultura cristã dentro da nossa sociedade.

Ao realizar tal reprodução para os demais dentro da escola, evidencia-se essa naturalização de religiões cristãs como padrão. Entende-se esse processo como natural, uma vez que nossa cultura e colonização foram baseadas nessas religiões.

A professora C. (55, Educação Física) evidenciou a presença da religião dentro da escola da seguinte maneira:

É uma coisa um pouco complexa eu acho, sabe? Porque apesar da escola ser esse espaço que é laico, as pessoas trazem sua crença. Trazem então eu acho que assim, a gente não pode impor nem um tipo de crença, nem um tipo de dogma, mas eu também não posso desmerecer ou dizer que o outro está errado, né? Então, por exemplo, na gincana a gente teve um fato esse ano que nunca tinha acontecido. Uma das provas era quem tinha o maior número de tatuados na equipe. E um aluno ficou indignado e veio gritar comigo, e dizer que não podia porque a religião não permite. Daí eu respondi pra ele ‘tá, mas você estuda numa escola que é laica, então você

não pode querer que todo mundo pense a partir da sua visão de religião, pra você não pode, ok. Você não tem a tatuagem. Mas tem alunos que não tem religião, que são ateus, que são enfim... então essa sua fala não se justifica’.

A experiência da professora evidencia a complexidade do ambiente escolar no que tange o respeito e a eficácia da laicidade. Trabalhar com opiniões diferentes em um mesmo espaço exige um jogo de cintura, mas também, uma formação do docente, para que este saiba fundamentar sua posição sobre o assunto.

A professora M. (35 anos, Biologia) explicitou em sua entrevista a dificuldade em apresentar para os alunos a diferença entre sua opinião e a matéria curricular que deveria ser abordada.

Já aconteceu ser rotulada como atea porque eu tinha que apresentar as teorias da evolução e daí pros alunos era como se eu fosse contra a religião e contra o criacionismo, então agora eu já aprendi a lição. Quando eu chego no terceiro ano eu começo a primeira aula sobre evolução falando com eles que eu to pra explicar as teorias evolucionistas de acordo com a ciência que tá no livro e que vai ser cobrado no vestibular, e não quanto à minha percepção religiosa, e que isso não tem nada a ver.

Essa resistência em determinados assuntos, especialmente assuntos que podem vir a ser polêmicos em virtude de pontos de vista da bíblia, evidenciam – novamente – a necessidade de uma formação sobre o assunto, que respalde o professor em sala de aula e garanta sua liberdade de cátedra ao abordar a temática. Para que ele tenha a clareza de que um Estado laico não é um estado sem religião, mas que respeita a todas e que separa a esfera pública e política da esfera privada.

Duas professoras de Educação Física evidenciaram a dificuldade da realização das danças típicas juninas, em virtude da religião dos alunos. Ambas demonstraram a necessidade de evidenciar as festas como formas de expressão da cultura popular, afirmando a importância do conhecimento de tal temática para o convívio em sociedade. Mas ainda assim, segundo a professora E. (47 anos, Educação Física), “a parte religiosa é muito complicada quando tem festas juninas, porque tem pais de algumas religiões que não autorizam que o filho faça parte [...]”. Mostrando-se necessário debater com os professores e com a escola o que permeia a cultura e o que permeia a religião.

Observemos a seguinte fala:

Não, religião não. Religião eles são bem cabeça aberta para discutir. Mesmo os que são mais assim, levados, as meninas que têm os pais mais

evangélicos e tudo o mais, eles conseguem abrir a discussão, sabe? Nunca teve esse problema. Acho que é mais difícil para eles discutirem o negócio da homoafetividade (Professora E, 47, Educação Física).

Percebe-se na fala da professora P. (34, português) que ela considera os adolescentes “bem cabeça aberta” sobre diversidade religiosa, demonstrando que eles praticam uma tolerância sobre o tema com os demais. Quando a professora fala que a maior dificuldade é a discussão da homoafetividade entre eles, nota-se uma relativização dela a respeito do tema, pois acaba deixando de levar em consideração que a dificuldade da discussão da homoafetividade existe justamente por causa da religião.

Esses fatos aqui evidenciados vêm, mais uma vez, confirmar que a religião está dentro da escola, cabendo ao professor saber trabalhar sobre desse advento da melhor maneira possível. Mas para que isso ocorra da melhor maneira possível, é necessário que os professores conheçam e reflitam sobre a laicidade, o que será discutido no tópico a seguir.

### **1.6 - Conceito dos professores sobre laicidade**

Os professores foram convidados a conceituar o que entendiam por laicidade. Afinal, o que cada um compreende por Estado laico?

A professora L. (45 anos, matemática), que leciona matemática, descreveu da seguinte maneira:

Acho que cada um tem que ter a sua religiosidade no coração, no sentido de amor, da gente continuar batalhando pelo que é certo. Acho que toda religião tem seu lado positivo e em toda religião e seita tem pessoas que estão lá e fazem errado que a gente não aceita.

A docente definiu por um viés da religiosidade, não se aprofundando na temática da laicidade. É importante fazer essa observação pois ela não soube definir o que era um Estado laico, afirmando não ter aprendido sobre isso durante a sua formação, e nem formulou hipótese sobre o que poderia ser tal fato. Demonstrando um desconhecimento total sobre o assunto.

Tal fato é alarmante, pois ela desconhece sobre o estado democrático de direitos, sobre o Estado em que vive e representa enquanto professora do ensino público, realizando um julgamento de valor baseada apenas e somente na sua concepção individual de religiosidade.

A professora C. (46 anos, inglês) respondeu da seguinte forma:

Laicidade é quando a gente não se posiciona. Tudo é aberto. Tudo é permitido. O Estado laico. Na verdade, nós sabemos que a teoria é uma coisa e a prática outra, são coisas opostas.

A laicidade de fato abrange a todos, mas não há por que a teoria ser diferente da prática. Principalmente quando o professor compreende seu papel de educador, e entende que também faz parte do Estado, tendo o dever de colocar em prática o que assimila por laicidade dentro de sala. Dessa forma, não há um não posicionamento, mas um respeito a todas as posições. Em um Estado laico o professor não se omite quando essas questões chegarem em sala de aula, pois ele pode se colocar, mas não deve usar sua crença como critério de escolhas do que trabalhar ou não trabalhar com seus alunos. Por isso há as diretrizes curriculares que, em tese, são formuladas de forma pública, pelo poder público.

A professora E. (47 anos, Educação Física) fez a seguinte afirmação:

É não se posicionar. Não ter uma conversa puxando para esse lado de essa religião pode ser que seja a certa ou a errada, então, quando eu trabalho eu prefiro não tocar muito nesse assunto. Não procuro nem tocar no nome dos santos para que não haja esse direcionamento por parte dos alunos para que depois venham reclamar.

Novamente temos uma afirmação sobre não posicionamento. Entretanto percebe-se que essa ausência de opinião se dá pelo receio de confronto com os pais. O temor do confronto vem justamente pelo desconhecimento da legislação, que preconiza o Estado laico e garante, sim, uma discussão sobre o assunto dentro de sala de aula. A questão não é evitar debater sobre religiões: é não impor uma verdade absoluta. E, por não ter embasamento teórico, os professores preferem se abster da discussão. Tal posicionamento denota um desconhecimento dos seus direitos enquanto docente.

Já a professora D (50 anos, Português) tem uma graduação em Letras e tem a segunda graduação em Direito. Sua definição sobre o Estado laico foi:

Estado laico, mais ou menos, está lá que o estado é laico, mas as ações ainda não são, as representações ainda não são. Sem uma religião oficial, e quando eu falo sem uma religião oficial significa que todas as religiões são possíveis, aceitas e devem ser respeitadas.

Nota-se uma crítica sobre a eficácia do estado enquanto precursor de laicidade, pois de fato não há uma parcialidade das instituições. E na escola não seria diferente. Na teoria há espaço para a pluralidade, mas a prática se mostra diferente.

Diante do exposto, é necessário se fazer entender que:

A laicidade foi cunhada com um sentido bastante próximo ao do secularismo, isto é, como uma “doutrina de não interferência” entre as esferas do Estado e da igreja. [...] Secularização não é apenas proteger o espaço público estatal das influências da religião, mas também proteger o espaço privado religioso das interferências do Estado. Nesta perspectiva, secularismo e laicidade dependem diretamente da concepção de religião que adotamos, ou seja, elas funcionam como se fossem duas faces de uma mesma moeda (GLASNER, 1996b apud ANDRADE, 2014, p.63)

Como dito pela professora, a escola deveria ser um espaço de acolhimento para essa pluralidade, mas isso não ocorre por que:

A religião entra na escola na ausência de uma discussão mais fundamentada sobre a ética, a moral, a justiça, a tolerância, a liberdade, a igualdade. A religião entra no lugar de uma discussão filosófica e sociológica sobre o fenômeno religioso e no lugar de um projeto educativo mais claro para a construção de valores éticos e morais.(BARCELLOS e ANDRADE, 2014, p.6)

O Professor M. (54 anos, Sociologia) se aproxima da definição dada por sua colega E:

De laico, derivado da palavra laico, de múltiplo, de diferentes. Mas tem a ver com multiplicidade, com a possibilidade de várias, no caso, a religião, de várias possibilidades de professar diferentes doutrinas. É essa a ideia, e que a escola tem que ser assim, não tem que ter uma outra doutrina, a laicidade não tem nenhuma, mas todas ao mesmo tempo.

O professor expõe seu conhecimento sobre a importância da multiplicidade de religiões dentro do estado, e sobre como é importante respeitar essas diferentes doutrinas dentro de um espaço público. Evidencia que não há uma omissão do professor diante de uma religião, mas sim o respeito por todas as demais.

A professora P. (34 anos, português) também conceitua a partir desse ponto de vista de respeito às diversas religiões:

Que o estado deveria ser laico e tal, pois é, não existe. Eu mantenho a minha religião bem longe dos alunos, eu só falo que sou espírita quando eu preciso. Você precisa respeitar as religiões, todas, sem impor nenhuma, então se algum aluno, por exemplo, precisasse rezar antes da refeição ou alguma coisa assim, você não vai chegar lá e dizer que não pode. Respeitar todas as religiões, não interessa qual seja, você respeitar que existe aquilo.

Se alguém quer vir com apetrecho de religião no corpo, você também não tem que se meter, mas você não impor isso para os outros.

A professora demonstra conhecimento sobre a necessidade e eficácia da laicidade, mas não concorda que ela exista de fato, pois como podemos perceber na fala dos demais professores, o estado escolhe um posicionamento, sempre a favor da religião cristã.

Essa é a tarefa do Estado secular moderno, ou seja, mais do que laico, o Estado deveria ser aquele capaz de escutar a todos e ponderar sobre as melhores argumentações, sem desqualificar, a priori, nenhuma delas. (ANDRADE, 2014, p.68)

Percebemos então que o Estado não cumpre o papel a que se propõe, uma vez que faz sim distinções e julgamentos entre as religiões escolhidas, atuando como um proselitista.

O professor V. (36 anos, História) coloca que:

É um termo bem subjetivo, porque se a gente usar só o termo que seria laico em relação ao poder do estado, o estado ele não é, ele defende uma crença. O Brasil tem quantas etnias? Quantas culturas? Você ter sua crença, mas entender como que é a crença do outro também.

Mais uma vez existe o questionamento sobre a laicidade do estado dentro da escola. O professor faz analogia às várias etnias existentes no país e como elas são desrespeitadas quando há a imposição de apenas uma cultura.

Já a professora J. (55 anos, História) que também leciona história afirma que a laicidade:

É um direito. Um direito social adquirido por todo cidadão. Que rege na carta da constituição. É o direito de ir, é o direito de vir. É o direito de ser feliz, independente do seu nível social. Da sua fé religiosa, da sua opção de gênero ou até independente da sua nacionalidade.

Novamente percebe-se uma confusão a respeito do termo.

A professora M. (35, biologia), mas possui a segunda graduação em direito, e afirma que:

Laicidade é você ser neutro e não passar os seus valores religiosos, digamos assim. O estado é laico, ou sejam não deveria, mas você chega lá nos fóruns e tem crucifixo e não funciona também, não é tão laico assim. O estado intervém na religião das pessoas. [...] o estado se diz laico, mas não é, como você vai tirar essas raízes.

Ao analisar as falas, podemos perceber que os professores com formação em ciências humanas possuem maior habilidade para discorrer sobre um conceito de

laicidade. Há ainda a ocorrência de duas professoras terem feito graduação em direito, o que traz uma aproximação ainda maior com o tema questionado. Essa aproximação nos faz perceber que esses professores têm maior segurança sobre a temática, sabendo quais são seus direitos e deveres para abordar tais méritos. No entanto, nenhum professor fez a distinção entre espaço público e espaço privado, fundamental para a compreensão da laicidade. Muitos reconheceram, no entanto, a falácia do nosso Estado ser laico enquanto há ainda privilégios para religiões cristãs.

Segundo ANDRADE (2014, p. 63) “a defesa da laicidade da escola pública deva estar articulada com como uma perspectiva analítica intercultural, a fim de se superar a intolerância”. Aos professores, evidencia-se a necessidade de um maior debate sobre espaço público e privado, e a influência da religião nesses locais. Bem como a necessidade do entendimento que

Um professor e/ou estudante quando entra no espaço escolar não renunciará – e nem seria conveniente que o fizesse – as suas crenças ou descrenças religiosas. Acreditamos que um sujeito quando chega ao espaço escolar, ele entra por inteiro, com sua cor, gênero, orientação sexual, geração, cultura, origem geográfica, convicções políticas e pedagógicas. (ANDRADE, 2014, p.69)

Desse modo, deve-se debater com os docentes:

Como a religião entra na escola, até porque, segundo entendemos, ela entra independente de qualquer regulamentação jurídica sobre, por exemplo, o ensino religioso como disciplina escolar. Nossa aposta tem sido no diálogo intercultural entre as diferentes expressões identitárias presentes na escola, isto é, no diálogo entre as diferentes possibilidades de se entender os gêneros, as sexualidades, as etnias, as culturas, as gerações e, entre estas diferentes possibilidades identitárias, concebemos também as religiões. (ANDRADE, 2014, p.69)

Faz-se necessário que haja esse diálogo com o corpo docente, para que se compreenda que, mesmo na defesa de um Estado Laico a religião se manifestará de várias maneiras dentro da escola, e a solução é promover um espaço de tolerância para a mesma. Entretanto, essa tolerância só será garantida e efetivada caso os professores tenham conhecimento sobre o Estado Laico, sobre as formas de garantir esse estado, e principalmente, sobre como se dará essa interculturalidade dentro da sala de aula.

### **1.7- Prática dos professores sobre a laicidade**

Em dado momento da entrevista, os professores foram solicitados a falarem sobre suas práticas profissionais envolvendo questões que abordassem a laicidade, ou algo derivado dela, e deveriam justificar suas atitudes.

Sabemos que questões religiosas ou derivadas da religião, podem aparecer na sala de aula qualquer momento. O professor precisa estar preparado para trabalhar com essas temáticas.

A professora M. (35 anos, Biologia) afirmou que a sua situação ocorreu da seguinte forma:

Foi discutindo comigo sobre partes da bíblia. “eu não vou discutir criacionismo com você né? Eu vou falar sobre o evolucionismo, o que é, mas eu ter que discorrer nessas aulas, que são várias aulas sobre evolução, sobre as teorias, então veja, não estou dizendo que isso é certo ou errado, eu to falando que vai acontecer, na ciência é assim, formulou a pergunta vamos fazer a hipótese”.

A postura da professora foi de abordar a necessidade do tratamento do tema, que é conteúdo inclusive de vestibular. A situação ocorreu em uma sala de terceiro ano, com alunos entre 16 e 17 anos. A docente deixa claro seu papel em sala de aula, de interlocutor do conhecimento científico sobre o tema.

A professora E. (47 anos, Educação Física) exemplifica situações envolvendo a laicidade se referindo às semanas pedagógicas:

Nessas semanas que a gente fala do planejamento, essa semana pedagógica, sempre é discutido (*sobre laicidade*), então o pessoal sempre comenta que é melhor que professor não acabe tomando partido de religião nenhuma. E agora eles têm falado muito mais de uns dois anos pra cá com essa conversa de escola sem partido, que o professor não se posicione, e eu também acho certo, acho que não deve ficar discutindo nem partido nem religião.

Ao propor que os professores não discutam “nem partido nem religião”, a professora se isenta de discussões sérias e pertinentes sobre vários temas necessários. Há uma clara confusão entre discutir um assunto e impor uma verdade sobre ele. A professora, ao reproduzir tal fala, elucida quase um senso comum “política, futebol e religião não se discute”, tirando a autonomia da escola como um espaço onde se promove a crítica, o questionamento e a formulação de hipóteses sobre diversos temas.

Seria melhor que a professora compreendesse que, ao invés de se abster da discussão, procurasse garantir outras estratégias de argumento, tal qual afirma Andrade:

O melhor será construir estratégias que garantam a tolerância como um requisito mínimo – no sentido de ser fundamental, imprescindível – para a convivência. As propostas sobre a tolerância saem do campo do convite e a do aconselhamento – do qual concordamos que não devemos abrir mão, pois a dimensão felicitante é inerente ao ser humano – para encontrar algumas saídas moralmente exigíveis no âmbito do contrato socialmente justo (ANDRADE, 2014, p.75)

A professora D. (50 anos, Português) traz uma situação ocorrida com a direção da escola:

A igreja católica ainda continua muito forte, é muito normal, por exemplo, na sala do diretor da escola ele colocar um crucifixo. Ninguém vai dar muita importância para isso. Agora, de repente, vem um outro diretor e ‘olha, você tem um crucifixo aqui que é uma representação da igreja católica, eu quero colocar o símbolo que represente a minha igreja’ isso não é tão normal.

A professora traz, em um primeiro momento, a naturalização da expressão da religião cristã dentro da escola, principalmente por se tratar de um cargo hierárquico. Será muito difícil existir alguém que conteste a atitude da direção. Quando ela traz a situação hipotética do novo diretor com novos símbolos, ela traz à tona o questionamento sobre essa naturalização cristã presente na sociedade.

A laicidade encontrada na prática docente no Brasil aparece como uma ausência de intervenção permitindo a expressão da profunda e perene religiosidade característica da população brasileira que é resultado e resulta de uma combinação entre o crer e o saber entre as esferas públicas e a privada (VALENTE, 2018b, p.6).

Percebemos com as falas dos professores sobre suas práticas um não entendimento do seu papel enquanto docente, pois a religiosidade se manifesta de alguma maneira dentro da sua atuação ou mesmo dentro da escola. Mesmo que alguns tenham entendimento sobre a laicidade, evidencia-se a dificuldade de o professor colocar-se diante de questões que exigem uma postura mais enérgica naquele momento.

### **1.8- Formação do docente sobre laicidade**

Ao longo das entrevistas os professores foram questionados sobre suas formações, sendo pedido para que definissem seu processo de aprendizagem sobre

a laicidade, em que momento eles discutiram tal temática dentro de suas respectivas universidades.

A resposta obtida majoritariamente: não houve discussão nem aprendizagem sobre a laicidade ao longo da formação acadêmica dos professores. Salvo dois professores, sendo um de sociologia e outra professora que fez também o curso de direito. Os demais responderam que nunca discutiram a temática em sala de aula em momentos de sua formação.

Outro fato que chama atenção é: pelo menos três professores declararam terem estudado em uma universidade católica, tendo aulas de ensino religioso no processo de formação acadêmica. Mas ainda assim, afirmam não terem discutido a laicidade como temática.

Muitos professores justificaram suas ações baseados em seus conhecimentos adquiridos ao longo da vida, constituídos na família. Tal qual assinala Setton, (2008, p.17) : “Dito de outra forma, a família, a religião, a escola seriam, então, instituições ou subespaços sociais capazes de projetar entendimentos sobre a realidade dos indivíduos ajudando-os a construir o convívio, a ordem e ou a transformação social.”

Como afirma a professora C. (55 anos, Educação Física):

[...] não, eu não tive... a partir dos estudos assim, a partir do momento que você vai estudando, você vai entendendo essa... como que funciona isso, no começo pra mim também era difícil porque eu fui criada numa família cristã, católica. [...] mas isso eu nunca tive nenhum tipo de preparo, a escola nunca discutiu isso, eu não lembro nunca na vida de ter tido uma palestra pra falar sobre a escola laica ou qualquer coisa nesse sentido.

A professora E. (27 anos, Química) também ressalta como a família e o convívio em sociedade contribuem para a formação da concepção acerca do Estado laico:

Acho que na formação especificamente, acho que não. Acho que vem muito do convívio social mesmo, pelas coisas que a gente busca junto do que a gente ouve. Porque eu não me lembro da minha vida ter me acrescentado e lido o que é Estado laico, exatamente, com características e tudo mais. Não fiz isso, mas entendo se for dar uma definição não ter envolvimento de religiões, e não ter essa imposição da religião, de nenhuma religião. Quem sabe se numa organização. Não tenho um conceito extremamente bem formado, não sei se é real isso que falo, é só o que eu penso quando falo laicidade.

É importante lembrar que a família é nosso primeiro local de interação social, servindo de referência durante boa parte da vida das pessoas. Não podemos desconsiderar os saberes adquiridos nesse meio, que o professor leva para a vida. Entretanto não podemos permitir que ele perpetue essa opinião. Para isso, é necessário, novamente, efetivar a formação do docente com bagagem teórica sobre a laicidade, para que haja a possibilidade de rompimento com o senso comum.

Não podemos esquecer que a igreja também é um espaço de formação para o docente. Em mais de uma resposta observamos as professoras auferindo à fé como base para a construção do seu conhecimento sobre a vida, como afirmou ali em cima a professora C. bem como a professora J. (55 anos, História). “Ocupei meu tempo assim, trabalho, estudo e minha fé, a igreja”.

A formação docente mostra-se necessária quando abordamos a docente L. (45 anos, Matemática), com mais de 20 anos de formada e que faz a seguinte afirmação:

A- E com relação à laicidade?

L- Não sei o que é isso, desculpa.

A- Não mesmo? Alguma ideia sobre Estado laico?

L- Me fale mais sobre isso

A- Se a sua escola é laica, se você já teve alguma ideia sobre o que vem a ser a laicidade?

L- Não, essa parte eu pulei na vida.

É importante que a professora compreenda o Estado em que vive, o qual representa enquanto servidora pública. A formação não é apenas uma questão de apreender um conceito. É compreender um espaço que ocupa enquanto formadora de conteúdos e opiniões. Pois a partir do momento que você entende o Estado laico como um estado democrático, garantidor de direitos para todos, você passa a entender sua importância e a necessidade de defendê-lo como instituição.

Alguns professores ainda defenderam o ponto de vista do Estado democrático de direito quando abordado sobre sua formação a respeito da laicidade. Mas eles não atribuem seu saber à formação docente. Apenas como formação “de vida”, como a professora C. (46 anos, Inglês) afirmou: “não, não. É a minha visão de vivência mesmo. Não se fala, só se fala da própria democracia do pensamento, da liberdade, essas coisas.”.

O professor M. (54 anos, Sociologia) foi o único que afirmou ter discutido isso dentro da formação acadêmica:

Essa ideia é uma ideia que permeia todo o curso, da laicidade, o curso de ciências sociais, é o curso que eu fiz, permeia tudo. Não sei em outras situações, mas o meu caso eu tive essa possibilidade de conviver em um curso onde essa ideia do laico estava presente.

Por se tratar de um curso de ciências humanas, não nos surpreende o professor ser o único ao afirmar que discutiu tal temática em sua formação. Não podemos deixar de levar em consideração que as ciências sociais são fortemente engajadas na constituição de um Estado democrático de direito, o qual é a base para a existência do nosso Estado. Há que se refletir o porquê de apenas esse professor, dessa matéria curricular, ter afirmado compreender o que se trata a laicidade durante sua formação docente.

A ausência da neutralidade do docente brasileiro é também um aspecto da profissionalidade docente que se constrói a partir de aspectos históricos do profissional da educação e que está naturalizado na socialização profissional docente. Ademais, a pouca expressão da laicidade nas escolas é também explicada pelo fato de que os espaços públicos e privados no Brasil se misturam de forma que os professores brasileiros fazem uso de normas que lhes convém sem, necessariamente, uma ligação com regulamento interior da escola ou as leis do país, por exemplo. Outra hipótese seria o não debate sobre a laicidade e sobre a neutralidade docente nos cursos de formação e em momentos de formação em exercício (VALENTE, 2018b, p.6).

Diante do exposto, podemos entender que a formação é imprescindível para a atuação do professor em sala de aula. Se não há discussão sobre o Estado laico, como se garantirá a democracia? Como se garantirá a imparcialidade do professor, esperando que ele aja de acordo com o senso comum, e o senso comum é baseado na fé cristã? Haverá respeito a universalidade como um todo, se não fornecermos a devida construção do conhecimento para nossos docentes?

### **1.9- A escola é laica?**

Durante a entrevista, os professores foram questionados sobre a laicidade da escola em que trabalham. Tudo isso para entender o ponto de vista do professor acerca do tema, pois são eles que estão vivenciando a prática.

Quando perguntados se a escola em que trabalhavam era laica, as respostas foram positivas, mas com ressalvas. A professora J. (55 anos, história) afirmou que “dentro dos parâmetros possíveis, ela (a escola) é”. A pergunta que faço é: quais são esses parâmetros, e quem os estabelece? Pois a laicidade da escola, em tese, deveria existir sem empecilhos. Porque uma professora coloca essa ressalva?

A professora E. (27 anos, Química) afirma que “Acredito que sim. E espero que sim também”, quando questionada sobre a laicidade na escola. Os professores não percebem que, para a existência de uma escola laica, eles devem atuar enquanto precursores dela em sala de aula. Percebe-se que existe uma outorga na idealização de uma escola laica, como se o profissional não fosse responsável pela existência dessa condição dentro de sala de aula.

Elas procuram ser laicas, tanto aqui como o instituto, eu percebo isso, ao menos a equipe que trabalha aqui eu percebo isso, uma conversa aberta, e a equipe pedagógica, o pessoal da secretaria, da direção, os professores, sim (Professora M., 35 anos, biologia).

A fala da professora E. (27 anos, química) sobre o posicionamento da escola como um todo demonstra uma noção de amplitude, para que haja a garantia dos direitos dos alunos, o qual não aparece como sendo a centralidade na maior parte do tempo. O entendimento que a equipe pedagógica, direção e secretaria também compõem e precisam respeitar a laicidade do ambiente demonstra que essa professora percebe a problemática citada de maneira mais abrangente.

A professora D. (50, português) discorreu sobre a laicidade do Estado. Vejamos:

É o nosso Estado laico, que na verdade não é tão laico. A gente brincava assim: a primeira vez que eu fui para o tribunal do júri eu pensei ‘meu deus, que Estado laico?’ aquele crucifixo enorme representando a igreja católica

A professora tem também uma formação jurídica, a qual se refere, mas ainda assim tange sobre a laicidade do Estado dentro da nossa sociedade, e a naturalização da religião cristã em nosso meio. É importante perceber que não apenas dentro da escola há essa falta de posicionamento laico, mas no Estado Brasileiro como um todo.

Em contrapartida, existem professoras que inspiram esperança e otimismo, defendendo um estado que compreenda todas as religiões de forma igualitária. Demonstrando como a escola deveria se portar para com todos os alunos.

A professora C. (55 anos, Educação Física) diz: “aqui a escola ela não tem um lado só. Ela tem todos os lados.”.

Para que a laicidade seja encontrada dentro do espaço escolar, os professores precisam se compreender como parte da escola. É necessário que haja

o entendimento que o professor é responsável diretamente pela garantia da laicidade dentro da sala de aula, percebendo o espaço que ocupa.

A educação é o meio mais eficaz de prevenir a intolerância. A primeira etapa da educação para a tolerância consiste em ensinar aos indivíduos quais são seus direitos e suas liberdades a fim de assegurar seu respeito e de incentivar a vontade de proteger os direitos e liberdade dos outros (DOMINGOS, 2009, p.55).

Afinal, um Estado laico é mais do que um estado sem religião. É um estado que respeita todos os indivíduos dentro das suas escolhas e credos. Que respeita o ser humano em toda a sua complexidade, estrutura familiar, orientação sexual e demais singularidades. Defender um Estado laico é defender um estado democrático de direito, garantido pela constituição cidadã de 1988. A escola é uma extensão do Estado, e deve resguardar o direito de todos sentirem-se confortáveis dentro de um espaço público.

## **CAPÍTULO 2- Diversidade na escola**

Este capítulo surgiu da necessidade evidenciada pelos professores e por meio do questionário realizado. Afinal, a laicidade está diretamente ligada ao respeito à diversidade e a preservação e garantia das demais culturas dentro da nossa sociedade, pois há um entrelaçamento entre questões religiosas com outras ligadas à raça e gênero.

Vale destacar, ainda, que:

A diversidade é uma riqueza presente na sociedade que necessita ser assegurada constitucionalmente para que se cumpram os princípios de equidade e justiça na educação. O reconhecimento dessa realidade, tanto do ponto de vista científico acadêmico, quanto de políticas públicas, significa respeitá-la, valorizá-la e promovê-la na sua pluralidade de manifestações superando, assim, as desigualdades. (GELEDÊS INSTITUTO DA MULHER NEGRA, 2009).

Sendo então, uma premissa do Estado laico, a diversidade foi um ponto abordado com os professores para que pudessemos compreender o que eles entendiam sobre isso. Como visualizavam essa diversidade presente dentro de sala de aula e como trabalhavam com os conflitos advindos dela.

Sabe-se que as questões de diversidade estão presentes dentro do ambiente escolar, se apresentando de inúmeras formas. Cabe ao professor identificar essas questões em sala de aula, e trabalhar da melhor forma possível com essas múltiplas realidades, de modo a evitar a intolerância dentro do espaço escolar, tendo em vista que:

A intolerância é resultado na maior parte das vezes do estranhamento do outro, da incompreensão dos seus gestos, atos e cultura. Ao perceber 'o outro' como estranho, diferente, a reação inicial é de 'autodefesa', de procurar defender-se antes de ser atacado, de impor-se frente ao desconhecido a fim de não ser por ele dominado" (Domingos, 2009, p.57)

É papel da escola prezar pela segurança e bom convívio entre todos, garantindo um espaço sadio para que todas as faces da diversidade possam despontar, e todos convivam com as diferenças da melhor maneira possível.

### **2.1- GÊNERO**

Durante a realização do questionário os professores foram solicitados a discorrer sobre a diversidade social e cultural presente em sala. Quando questionados sobre diversidade o tema que mais foi lembrado foi a diversidade de gênero. Percebemos que, por se tratar de uma temática atual, os professores exploravam o assunto mais deliberadamente.

Várias foram as falas a respeito da sexualidade e suas expressões dentro da escola. A maneira com a qual o adolescente tem vivenciado suas experimentações tem causado impacto entre os professores. Existem aqueles que respeitam essa vivência, como é o caso do professor M. (54, sociologia):

[...] Diversidade de gênero e vem alguém que às vezes esta muito influenciado por essa ideia do que pode e o que não pode, de padrão estabelecido e comportamento, gênero. Quando você trata e abre o leque dessas questões todas em sala, essas posições acabam se manifestando ali entre eles, e aí tem que ter um cuidado muito grande para não gerar um conflito porque discrimina mesmo o que não é um padrão estabelecido do comportamento de menina e de menino, a religião tem um papel forte que influencia muito, e eles reagem de acordo com o que está estabelecido. Você tem que mediar às vezes para não dar confusão.

Em sua fala, o professor expõe sua responsabilidade enquanto docente ao abordar a temática em sala, pois entende que dependendo da exposição que fizer sobre o assunto pode reforçar ou mesmo estabelecer um comportamento discriminatório por parte dos demais alunos. O professor reitera que em sala de aula há sim a existência do debate acerca dessa temática tão importante para alunos dessa faixa etária (uma vez que o professor leciona para alunos do segundo ano do ensino médio, cuja faixa é 15/16 anos) e que visualiza a aceitação –ou discriminação – sobre o assunto dentro da escola, chamando a responsabilidade para si no que refere à desconstrução do preconceito quando denotado em sala de aula. Além do mais, o professor evidencia a religião como papel de influência nas opiniões acerca da temática de gênero entre os alunos.

É importante elucidar que a sexualidade não está atrelada à identidade de gênero, embora muitas vezes seja confundida pelas pessoas como tal. Sendo assim: “As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade” (Louro, 2001, p. 6). Sendo a identidade social o sentimento de pertença a determinado grupo, entendemos que para a construção da auto identidade, a

identidade social está diretamente relacionada à cultura, visto que consideramos cultura o conjunto das práticas, comportamentos e símbolos de determinada sociedade.

A adolescência é um período de transição, em que o adolescente passa a construir o seu processo de identidade. “É indispensável observar que, hoje, multiplicaram-se os modos de compreender, de dar sentido e de viver os gêneros e a sexualidade.” (LOURO 2008, p.19). O gênero e a sexualidade estão em transformação. Contudo entender a sexualidade como algo natural é um tanto equivocado, pois se presume que todos os indivíduos vivenciam da mesma forma as experiências e relações com o próprio corpo. Quando se trata de sexualidade, as relações externas são únicas e singulares, repletas de simbologias. Tais simbologias são estabelecidas e mensuradas de acordo com a cultura na qual estão inseridas. Sendo assim, conclui-se que a sexualidade é um processo cultural.

A professora E, (27, química), expôs a seguinte situação:

Eu tinha turmas que a gente tinha... Conseguia observar maior quantidade de alunos que tinham a família religiosa. [...] eu tinha questões de diversidade de gênero, tinha aluno que tava se entendendo como trans e enfrentamento e questão da sexualidade também e isso em algumas situações em algumas turmas era uma questão bem delicada porque eu, por exemplo, vi esse aluno enfrentando essas situações todas, se posicionando com relação a isso, e via os outros alunos da mesma turma lidando com essa situação de forma de chacota mesmo. De ‘ah, porque o viadinho isso, porque você é viado, isso e aquilo’ e eu não sei, pelo menos eu, o professor nesse contexto acho que cada professor vai trazer sua carga, é você também tratar todo mundo como igual. O máximo que você pode. Então, era nesse contexto, por exemplo, eu vendo um chamar o outro de viado, chamar de veado não é ofensa, se me chamar eu vou gostar (risos) e tentar tratar essas pessoas como algo que seja natural e não seja visto como ofensa ou mesmo nesse contexto do meu aluno se entendendo como trans... teve um dia que eu senti a necessidade de falar ‘mas como você quer ser chamado? Você já pensou sobre isso? Porque sempre vinha trazendo essas questões no meio da aula de química, mesmo quando não tinha nada a ver...

A professora elucida em sua fala a questão da auto aceitação de um aluno em sala de aula, sobre a sua identidade de gênero, como ele passou pelo processo de transexualidade estando em um ambiente social que é a escola. A docente expôs

sua dificuldade em trabalhar com essa questão em sala de aula, embora tenha sentido a necessidade em abordar o aluno para entender sua identidade, respeitar a escolha de como ele gostaria de ser chamado. Mas fica claro que não há um saber sobre o assunto, a professora procura trabalhar da forma mais positiva possível, entretanto, na fala dela, verifica-se que não há uma formação sobre a diversidade. A professora baseia-se apenas na carga cultural que ela traz e parece agir por tentativa e erro. Nesse caso, a carga foi positiva. Mas nem sempre é dessa forma.

A professora L (45, matemática) fez a seguinte afirmação:

O gênero cada um tem que viver o que acha que é certo mesmo, a escola só tem que ensinar que a gente tem que crescer para multiplicar, no caso, sou a favor da adoção, sou a favor do casamento de homossexuais, porque eu acho que o gostar é o cheiro, o gostar é você cuidar da pessoa.

A intenção da professora é defender a liberdade da sexualidade das pessoas, defender o direito de exercer e vivenciar sua experiência conforme for. Mas ainda que haja essa defesa, a professora também argumenta que a escola deve ensinar que ‘a gente tem que crescer para multiplicar’, fazendo alusão à passagem bíblica de Gênesis, que afirma “Deus todo poderoso te abençoe, te faça crescer e multiplicar, de sorte que te tornes uma multidão de povos”. A professora pode não tê-lo feito intencionalmente, entretanto, ao sugerir tal ideia ela fere a propositura do Estado laico, uma vez que não cabe à escola fazer tal debate. Isso demonstra, mais uma vez, que a professora não teve uma formação sobre a temática e que sua vivência religiosa a ajuda a tomar decisões em seu ambiente de trabalho. Ela tenta acertar utilizando-se do capital cultural que possui, baseando-se nos seus conhecimentos. Mas ao fazê-lo, acaba se tornando uma matéria de pressuposição com base na sua verdade que parece ter sido construída num misto entre conhecimento laico e religioso.

A professora C. (46, inglês) elucidou a seguinte afirmação:

Está todo mundo identificado com outra pessoa, a troca de sexo. Tem várias explicações para a troca de sexo, mas eu vejo que tem muito menino com o comportamento feminino muito aflorado e muitas meninas ao contrário, com o masculino bem forte, isso você vê de cara, e aqui eu vejo com mais intensidade, nesse colégio, aqui é muito forte. Tem muita gente rejeitada aqui.

A professora demonstra que não compreendeu a pergunta realizada, tentando justificar a partir do seu ponto de vista uma questão para a existência da

homossexualidade nos adolescentes daquela escola. E para que exista essa justificativa criada por ela, acaba sendo preconceituosa no que tange às famílias, ao afirmar que ‘tem muita gente rejeitada aqui’ dando a entender que o aluno tornou-se homossexual por falta de afeto. Essa visão é bastante cristã, pois a religião sempre buscou um culpado para a existência do que os religiosos, sobretudo aqueles vinculados a uma visão fundamentalista da Bíblia, veem como ‘falha de caráter’, tanto é que muitos acreditam na cura dessas pessoas. Ao evidenciar tal fato, a professora não é preconceituosa apenas com relação à sexualidade do adolescente, mas também, julga a família e sua realidade imputando-lhes uma culpa, como se a família pudesse modificar a orientação sexual do referido aluno. São vários preconceitos que, novamente, elucidam a necessidade da formação a respeito da temática.

Faz-se necessário esclarecer que:

“Habitus femininos e masculinos são construídos e atuam, pois, como esquemas de ação e apreciação, auxiliam no julgamento do que é apropriado ou não para cada um, selecionando novas aprendizagens. É possível supor que a construção da noção da heterossexualidade monogâmica como legítima também encontra suas raízes nesse processo de construção social” (KNOBLAUCH, 2015, p.15).

A identidade de gênero é uma construção, e como construção, advém de vivências que o indivíduo percorre pelo seu caminho. Quando a professora coloca que a homossexualidade como problema, ela deixa de considerar toda a vivência que o jovem teve ao longo da sua história.

A professora M. (35, biologia) também demonstrou que não compreendeu a questão realizada.

O que a gente vê mais é a questão da diversidade de gênero, então, preconceito e discriminação contra os homossexuais. Tenho um menino no EJA que é abrigado e daí ele começou a vir pra escola na semana retrasada, eu acho, e desde o começo está tendo problema com ele. As meninas acham que ele usa droga em sala, que viram ele comprando adesivinho na banca, eu falei ‘ó, eu não vi nada, se for eu acho que é LSD, mas eu não tenho certeza porque eu não vi”.

Ela reconhece a existência do preconceito, e enxerga nisso um problema. Mas em seguida justifica a existência dessa intolerância ao fato da pessoa ser de uma classe social diferente ou mesmo dependente químico. Para desconstruir um

preconceito ela reforça outros estigmas sociais presentes, a fim de justificar a orientação sexual da pessoa.

O professor V. (36, história) faz uma fala parecida sobre o tema:

Homossexualismo, por exemplo, um aluno que ele faltava bastante, e os alunos o discriminavam, porque ele supostamente fazia programa, só que era um adolescente homossexual. [...] ele faltava, a escola tentava entrar em contato, não tinha contato, os próprios alunos faziam piada que viam ele fazendo programa. Daí você não sabe se é verdade ou mentira. [...] mas aí descobre que sim, que o cara é homossexual ativo e trabalha com isso, já tem envolvimento com droga...

O professor reforça um estigma antigo a respeito da homossexualidade masculina estar atrelada à prostituição. Um preconceito travestido de preocupação com o aluno, além de macular a reputação do aluno. O professor não tenta resolver a situação, questionar o aluno sobre o boato. Existe uma omissão por parte dele. Ademais, reitera o preconceito acerca da homossexualidade, trazendo a questão da dependência química. Como se fosse uma normatização: ser homossexual obrigatoriamente é ser dependente químico. Dando a ideia de depravação, muito difundida nos anos 80, início dos anos 90.

A fala do professor foi altamente preconceituosa, pois demonstra uma rejeição à homossexualidade do aluno travestida de preocupação.

A homofobia constitui uma ameaça aos valores democráticos de compreensão e respeito pelo outro, pois promove a desigualdade entre os indivíduos em função de seus desejos, encoraja a rigidez dos gêneros e favorece a hostilidade ao outro... Na verdade, a homofobia é não só uma violência contra os homossexuais, mas igualmente uma agressão aos valores fundadores da democracia. (Borrillo, 2009 p.43 APUD Madureira e Branco 2015, p. 588)

É importante nomear as coisas e saber quais são as consequências, pois é extremamente errado o que o professor fez, em julgar o aluno com base em fofocas de outros, reproduzindo a homofobia.

Outro elemento que desperta a atenção, é o fato do professor V. utilizar o termo 'homossexualismo' para se referir à homossexualidade. Tal como ele, a professora C (46, inglês) também o utiliza:

Tudo é preconceito quando você fala alguma coisa. Eu não tenho problema nenhum mesmo, mas eu vejo muito o homossexualismo presente nessa escola.

A utilização do sufixo ISMO refere-se à patologias. É errado entender a homossexualidade dessa forma, pois não há uma doença em ter, desenvolver e respeitar a orientação sexual de outrem. Ademais, o termo homossexualismo foi retirado do DSM III – Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais publicado pela American Psychiatric Association – a homossexualidade deixou de ser entendida como “perversão” e passou a ser entendida como orientação. Ao se referir à orientação de algum aluno dessa forma, denota que o professor está reiterando seu preconceito acerca da temática.

Na fala acima, além da professora utilizar o termo pejorativo, ela reproduz uma frase corriqueira para justificar expressões preconceituosas *“tudo é preconceito quando você fala alguma coisa”*. Ao utilizar essa frase, a professora demonstra um incômodo ao não poder expressar livremente seus pensamentos discriminatórios, pois hoje em dia as pessoas têm maior conhecimento do que é o preconceito, como ele se expressa e como deve ser combatido.

Entretanto existem professores que não identificam a existência do preconceito em sala de aula, como é o caso da professora C.(55, Educação Física):

Tem vários alunos que são homossexuais, tanto feminino quanto masculino e não tem esse tipo de discriminação. Você não ouve piadinha ou coisa do gênero. Eles respeitam bastante.

Contudo a não identificação da professora acerca do problema não quer dizer que ele não exista. Pode-se perceber, na verdade, uma naturalização da questão pela parte dela, pois infelizmente sabemos que é muito comum existir preconceito dentro de uma escola. O que ocorre, na verdade, é uma adaptação acerca das piadas, dos comentários, dos olhares. O preconceito passa a ser relativizado na escola assim como o é em nossa sociedade.

E como afirma o professor M.(54, sociologia):

A questão da homossexualidade é um conteúdo que está previsto para você trabalhar e discutir e apresentar em sala. É difícil porque você já vê que muda a expressão na hora, olha as pessoas, na hora em que você apresenta já vê que muda, tem dificuldade de falar disso. Por mais que nesse momento em que estamos vivendo na conjuntura que está mais tranquilo, mas ainda assim é complicado. Bem difícil. Um pega no pé do outro, tira sarro do outro, isso tem. Às vezes é camuflado o que é pior, porque quando é explícito você vai e... E ainda da uma... Mas quando tudo é meio camuflado que ficam se sacaneando, e é o que mais rola, é difícil, você não consegue... É difícil intervir nessas situações, mas tem sim.

O professor afirma que o grande problema na nossa sociedade é o preconceito velado. Dentro dos espaços sociais dificilmente haverá uma discriminação escancarada, ela se evidenciará em forma de piada, chacota. Pois justificar uma 'brincadeira' é mais fácil. O professor expõe que a dificuldade consiste justamente por essas atitudes não serem explícitas. O trabalho e a desconstrução são diários, e o docente reafirma a necessidade do professor assumir essa tarefa como sua.

Outro elemento sobre a questão de gênero que foi evidenciado ao longo das entrevistas foi a presença do machismo em sala de aula. Apenas uma professora levantou tal discussão, dizendo que identifica a existência. O que já nos gera um dado: os professores não visualizam situações machistas em sala de aula porque, novamente, há uma naturalização dessa realidade. Não há uma reflexão sobre o tema, nem mesmo um interesse para discutir tal fato.

A professora P. (34, português) afirma:

No segundo ano, eu tenho problema de machismo. Ali já teve uma discussão pesada de machismo. [...] a menina estava, acho que com uma blusa um pouco mais curta e daí um deles falou 'ah, saiu pra pegar homem, então', daí eu olhe e falei, 'ué, porque ela não pode pegar mulher? Aliás, ela não pode estar se vestindo assim porque ela gosta? Porque ela tem que se vestir assim pra pegar alguém? Quando você sai de casa você se veste pra pegar mulher?' daí ele 'ai professora, é muito mimimi' daí eu falei 'não é muito mimimi, mas olha o que você está dizendo. Se era a única blusa que ela tinha? E você já supõe que ela saiu pra pegar homem, que ela tá querendo elogio, qualquer coisa assim ' e a gente começou a entrar nesse contexto, e eles não aceitam, esse menino em particular não aceita de jeito nenhum.

A relativização do tema em sala de aula por parte dos alunos demonstra que eles trazem essa bagagem de algum lugar, muito provavelmente, de casa. Discutir conteúdos como esse com eles significa construir conjuntamente noções de respeito ao corpo e às decisões das mulheres. Atualmente há uma dificuldade em tratar sobre questões de machismo, pois como vimos na frase, eles alegam "mimimi", querendo dizer que há uma supervalorização do tema. Corriqueiramente, argumenta-se que é "mimimi" situações preconceituosas, em que o outro não entende a proporção da ofensa que causa à vítima. Mais do que debater, é necessário que o docente saiba identificar essas questões em sala de aula, para que

possa confrontar e construir junto aos adolescentes, pois é no ambiente escolar que essas modificações começam a ocorrer.

Vejamos outra afirmação da mesma professora:

Quando eles faziam alguma brincadeira, por exemplo, com estupro ou qualquer coisa assim eu sempre chamo fora e converso e coloco a situação para eles, para eles não brincarem com isso, né. Deles usarem a palavra sabendo o que que é, né, mesmo 'filha da puta' também, tiro da sala, converso...

A professora expõe a necessidade da desconstrução diária de brincadeiras ofensivas. Sabemos que isso é um exercício contínuo e desgastante, pois em uma sala de aula existem inúmeras falas preconceituosas travestidas de brincadeira. O mais cômodo é, de fato, deixar passar tal evento, afinal, a sociedade apregoa isso como normal. Mas o professor, quando tem a formação sobre a temática – como é o caso dessa professora – tem a obrigação de questionar e gerar a reflexão com os alunos, pois a escola é um espaço social, que reproduzirá essas problemáticas dentro e fora de sala de aula.

As questões de machismo, ora são sutis, como hábitos corriqueiros, ora são explícitas como a próxima situação evidenciada pela professora P (34, português):

Eu até levei pra eles que a premiação do tênis de mulheres é mais baixa do que a dos homens, e não tem porque, ela tá jogando contra outra mulher, é um nível tão forte quanto dos homens e tudo o mais, não tem porque, e ele dizendo que tem sim um porque, daí eu falei pra ele 'ué, então eu deveria receber menos que o professor de Educação Física? Porque ele é homem e eu sou mulher?' daí ele 'se você fosse dar aula de Educação Física, sim'.

É necessário debater essas situações machistas, problematizá-las, questioná-las, para que o adolescente repense sua fala e compreenda o contexto no qual está inserido. Sabemos que essa construção cultural demora um processo para ser feita, mas é necessário que se questione essa estrutura vigente.

Diante do exposto, é necessário elucidar que a problemática do machismo se dá na nossa sociedade, entre outros fatores, no patriarcado e sua reprodução cultural. O patriarcado fomenta uma série de competições entre mulheres, o que torna possível que elas mesmas estimulem esse sistema (SAFFIOTI, 2004). Há muito a ser reconstruído para a efetivação de condutas que libertem culturalmente as mulheres que ainda se encontram oprimidas por uma cultura fomentada a partir do machismo e de aplicação estimulada pelo sistema capitalista.

É absolutamente imprescindível que esta trajetória seja descrita para que haja empoderamento, não de mulheres, mas de uma categoria social por elas construída. [...] É imprescindível o esforço permanente da dimensão histórica da dominação masculina para que se compreenda e de dimensione adequadamente o patriarcado. (SAFFIOTI, 2004, p.103-104)

O patriarcado é o que reforça e constrói nossa sociedade em cima da opressão do gênero feminino. Portanto é necessário apresentar essa realidade tanto para os alunos quanto para os professores, especialmente os homens. Trabalhar essa formação feminista é importante para que haja uma emancipação das mulheres diante das opressões sociais causadas por uma sociedade machista.

No decorrer das entrevistas algumas colocações foram feitas, que merecem serem pontuadas. A professora J.(55, história) afirmou:

A questão de gênero que eu tenho me preocupado muito, porque ela sempre existiu, mas o interessante é que eles não estão sabendo se portar com essa liberação. Mas o preconceito ainda existe. Tanto de gênero quanto racial, quanto cultural, como social, existe ainda.

Ao fazer tal afirmação a professora coloca que os alunos 'não estão sabendo se portar com essa liberação'. Faz-se então o questionamento: será que são eles que não sabem se portar? Ou será que a professora está colocando seu ponto de vista na ação deles, esperando uma resposta determinada? Haveria fundo de moralismo na fala da professora? É necessário que, enquanto professores, tenhamos a ideia de que os nossos fundamentos pessoais não serão os que nortearão a vida dos demais, devemos ter cuidado para não julgar os alunos por uma idealização nossa, pois a ação docente deve ser regida por princípios públicos e laicos, embora saibamos que muitas decisões dos docentes brasileiros são regidas por outras ordens, sobretudo, religiosas (VALENTE, 2015; KNOBLAUCH 2018).

A professora P. (34, português) revela a existência de um preconceito de gênero, no qual ela informa que sabia da existência de um preconceito contra um aluno homossexual que se traveste, e a solução arranjada foi 'sentar longe para não ficar perto'. A professora afirma que não houve um confronto. Mas entra aqui o questionamento: não seria papel da escola desconstruir esse preconceito?

Porque eu já tive alunos gays, assim, daqueles que vem bem montados, e tudo mais, mas dentro da sala todo mundo ficava quieto, apesar de eu saber que tinha gente ali que odiava real. Mas, sentava longe daí, a pessoa sentava longe, quando eu fazia o ensalamento, pedia pra sentar longe pra

não ficar perto, mas nunca teve confronto, nunca teve essa parte assim, a pessoa guardava pra ela, sabe?

Afinal, a escola é uma continuidade do espaço público, devendo acolher a todos da melhor forma. Afastar as partes não implica na resolução do problema. Sabemos que dentro de sala de aula existem inúmeros conflitos, e gerencia-los é bastante difícil. Mas não podemos deixar essas situações tornarem-se naturais no nosso cotidiano, pois são expressões de preconceito que estão afetando a vida de alguém de alguma forma. Não se deve deixar essa realidade de lado.

## 2.2. RACISMO

É necessário que se entenda que ser negro em uma sociedade racista como a brasileira é uma construção identitária diária e muito dolorosa. Somos uma sociedade que baseada no etnocentrismo, ou seja,

O etnocentrismo consiste em julgar a partir de padrões culturais próprios como “certo” ou “errado”, “feio” ou “bonito”, “normal” ou “anormal” os comportamentos e as formas de ver o mundo dos outros povos, desqualificando suas práticas e até negando sua humanidade. Assim, percebemos como o etnocentrismo se relaciona com o conceito de estereótipo (BARRETO et al., 2009, p.24)

Desse modo, nossas práticas sociais são baseadas em julgamentos a partir de uma visão branca eurocêntrica. Sendo assim, a construção da identidade do negro dentro da nossa sociedade é algo gradual pois:

Ser negro não é uma condição dada a priori. No Brasil, ser negro é tornar-se negro” o tornar-se negro enquanto uma construção social e individual se materializa na concretude de sujeitos sociais, dotados de identidade, corporeidade e memória. (GOMES, 2002, p.42)

Faz-se necessário dizer que vivemos um mito de democracia racial dentro do nosso país, e isso se reflete nas escolas.

Ao longo das entrevistas, os professores foram convidados a responderem sobre o racismo dentro da escola. Percebe-se que alguns professores negam a existência, enquanto outros naturalizam os fatos acontecidos. Poucos são os que reconhecem de fato as práticas racistas em sala de aula.

A professora C.(55, Educação Física) afirma que:

O (nome da escola) não tem muito esse tipo de problema então se antigamente teve esse tipo de problema, não era muito comum essas

coisas, não eram muito faladas na escola, provavelmente eu passei por situações, mas não lembro mais de alguma situação atual assim.

Ao negar a existência do racismo dentro da escola a professora mais do que naturaliza essa questão, pois trata esse problema como não existente dentro da sociedade. Ao falar que 'não lembra mais de alguma situação atual assim' ela implicitamente nega todas as práticas de exclusão que acontecem dentro do ambiente escolar, e reforça-as, pois as trata como corriqueiras.

Mas *“Se o estereótipo e o preconceito estão no campo das ideias, a discriminação está no campo da ação, ou seja, é uma atitude”* (BARRETO et al., 2009, p.27) é preciso combater essa discriminação enquanto prática corriqueira e naturalizada dentro dos ambientes sociais.

A professora E. (27, química) faz a seguinte colocação:

Se você olhar todos os alunos da sala de aula, principalmente aqui na região central, você vai ver que a maioria não é negra, eu nunca senti nada pesado, eu nunca me senti diferente dos outros professores no trato que eles têm comigo.

A professora E. (27, química) é negra, e expõe a ausência do racismo em sala de aula com ela. Podemos entender esse fato pela existência de uma relação de poder entre ela e os alunos, uma vez que ela é a autoridade na sala de aula. Devemos respeitar a colocação da professora e seu lugar de fala, visto que ela está expondo sua vivência diante dessa experiência.

Entretanto é necessário que compreendamos que o racismo é tão forte e tão vil, que não permite a própria professora enquanto negra perceber as sutilezas do racismo. Ademais: *“diante de uma estrutura e de práticas excludentes, não é de se estranhar que muitos alunos e alunas negras introjetem o racismo e o preconceito racial”* (GOMES, 2002, p.42)

A professora sofreu um processo de adaptação ao meio, para que pudesse passar por ele da maneira mais ilesa possível. Devemos lembrar que a professora também foi socializada dentro do nosso sistema escolar, e esse por sua vez faz com que:

“o negro e a negra deparam-se, na escola, com diferentes olhares sobre o seu pertencimento racial, sobre sua cultura e sua história. Muitas vezes esses olhares chocam-se com a sua própria visão de negritude” (GOMES, 2002,p.40)

Há aqueles professores que naturalizam o advento do racismo. Considerando-o uma banalidade cotidiana, pois entendem que essa prática acontece, mas a sociedade sempre foi racista, logo, é normal ter ações desse tipo.

Muitas vezes essa banalização vem na forma de brincadeira, e o professor entende que se trata de uma atitude normal entre os jovens, visto que possuem intimidade para se relacionarem dessa forma. Conforme a professora P. (34, português) relata:

Então, é até engraçado de ver assim, como eles brincam assim com o que eles sentem, né? Porque falar da opinião deles, eles falam, e às vezes a opinião é preconceituosa, mas eu nunca vi eles ofendendo ninguém, sempre peço para eles não ofenderem.

Afinal, essa brincadeira muitas vezes pode sim ser ofensiva, já que a professora reconhece que a opinião pode ser preconceituosa. O adolescente carrega esse racismo institucional em si, pois é uma naturalização cotidiana da nossa sociedade. Não há como não considerar essa abordagem, e não problematizá-la.

“o conceito de racismo institucional refere-se à políticas institucionais que, mesmo sem o suporte da teoria racista de intenção, produzem consequências desiguais para os membros das diferentes categorias raciais (Rex, 1987, p185 apud Souza, 2011 p.79)

O racismo institucional é mais sutil, “não podendo ser reduzida aos atos de indivíduos” segundo Souza (2011), o que dificulta a sua caracterização dentro da sociedade sendo praticado por qualquer pessoa. O que facilita a sua relativização.

Por vezes, as ações dos adolescentes são relativizadas pois ‘é coisa de jovem’, como afirma a professora L. (45, matemática):

Mas eu não percebi nada de discriminação, bullying, se a pessoa é mais alta, mais baixa, não percebi nada ainda, pelo menos na minha sala de aula não. Eles brincam, conversam, mas é coisa de jovem.

A professora não identifica essa reprodução social como um problema. O fato de não saber identificar a presença do racismo e naturaliza-lo como forma de brincadeira demonstra que existe a necessidade de diálogo e formação com os docentes sobre essa temática, pois essa relativização é extremamente danosa para quem sofre a ação.

“a escola é vista como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também, valores, crenças e

hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade” (GOMES, 2002, p.39)

Permitir que esses preconceitos existam dentro da sala de aula é reforçá-lo dentro da sociedade.

O fato de não saber perceber o que é o racismo influi muito em como a professora vai abordar a temática com a pessoa racista. Vejamos o exemplo da professora P. (34, português):

Teve aquela vez do menino negro, começou a falar e as pessoas ficaram de boca aberta, porque nunca se colocaram no lugar, mas de racismo mesmo, nunca. Eu vejo alguns casos de preconceito, assim, na fala dos alunos, mas contando alguma coisa que eles fizeram sabe? Mas de racismo, não.

Houve um espaço para que um aluno negro evidenciasse a sua percepção e vivência cotidiana, a professora aborda a ideia de empatia, mas não consegue nomear a ação vivida pelo aluno como racismo. Ao denominar a brincadeira como preconceito, e não como racismo, a professora está diminuindo a ação que a vítima viveu.

A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças como pode estigmatizá-las, discrimina-las, segrega-las e até mesmo, negá-las” (GOMES, 2002, p. 39)

Ao realizarem piadas sobre alunos negros dentro do espaço escolar e a professora não identificar isso como problemática, reforça-se o não espaço para a cultura e a identidade negra dentro desse local.

A professora C. (46, inglês) faz uma afirmação que é muito corriqueira na nossa sociedade:

O que eu sei, nunca teve problema, mas o que eu percebo em relação ao racismo é que o próprio negro, ou mulato, afrodescendente, é o que mais tem preconceito. Se você fala alguma coisa ele já vem com dez pedras na mão, é o que sinto com relação a isso.

A justificativa utilizada pela professora é costumeiramente abordada por pessoas racistas, que, parafraseando Paulo Freire (ano), confundem a reação do oprimido com a violência do opressor. Visualizam apenas a resposta que as pessoas negras dão a uma sociedade excludente, que sempre lhes retirou direitos. Ao reproduzir tal fala, a professora reivindica o seu direito de ser racista, garantido por

tanto tempo. É ultrajante que pessoas assim sintam-se a vontade de falar tal coisa. E o racismo sempre vem travestido de opinião, como se a opinião das pessoas não pudessem ser racistas, preconceituosas, homofóbicas ou coisa do gênero. *“não é fácil construir uma identidade negra positiva convivendo e vivendo num imaginário pedagógico que olha, vê e trata os negros e sua cultura de maneira desigual.”* (GOMES, 2002,p.41)

O professor V.(36, história) também afirma que:

Um pouco da questão da raça, eu vi que os alunos são negros ou descendentes de negro eles são julgados como se eles estivessem ganhando uma cota, por exemplo. Às vezes o cara tá ali porque tem mérito.

Na fala do professor há um equívoco, deslegitimando a efetividade das cotas, elucidando uma falsa meritocracia, que não pode ser aplicada dentro da nossa sociedade, uma vez que não há uma justiça social para todas as pessoas negras. Nunca se poderá partir do mesmo ponto, para que a meritocracia seja efetivada, afinal, há uma dívida histórica existente. Não reconhecer essa dívida significa reafirmar o racismo.

Nessa mesma perspectiva, o professor M. (54, sociologia) afirma:

Sim. “para que discutir isso aí? Para que cota? Para que política afirmativa? Para que isso?” e você vê que a criança é negra, e tem dificuldade. Começa a se esconder na carteira, porque tem preconceito, discriminação em cima disso. “todo mundo tem as mesmas oportunidades, estamos todos juntos, temos as mesmas oportunidades”. Não é assim. Mesmas oportunidades, mas com condições diferentes.

Ou seja, não há igualdade de condições nessa disputa. Ainda que haja um questionamento sobre a existência das políticas afirmativas, é necessário realizar o debate com os alunos para que haja um entendimento sobre a efetividade dessas políticas, bem como a existência dessa divergência de posições sociais. E a entender como o racismo e o preconceito impactam na vida das pessoas negras.

Contudo ainda existem professores que reconhecem a existência do racismo dentro da nossa sociedade, e o identificam na escola. E isso é muito importante, visto que é a partir do reconhecimento que se trará resoluções sobre os fatos e ações racistas presentes no cotidiano.

A professora E. (47, Educação Física) traz novamente o reconhecimento da existência do racismo dentro da sociedade por meio das expressões de brincadeira, entretanto, nesse caso, existe a ponderação sobre a empatia dos demais que

fizeram a ação racista com o aluno. A professora elucida que essa consciência é necessária, e que discute tal assunto em sala, para que os alunos consigam olhar para o outro e perceber que aquela ação o machucaria, se fosse ele quem sofresse-a.

Quando eu percebo qualquer brincadeira entre eles, que eles, às vezes eles acham que são muito amigos, eles podem se chamar de qualquer coisa. Quando eu vejo o mínimo assim dessa qualquer coisa eu já chamo atenção e já falo 'você tem que se colocar no lugar da pessoa. Você ia gostar de ser chamado desse jeito?' eu vejo, graças a deus nunca presenciei briga, agressão física, essas palavrinhas assim eles falam as vezes acho que na bobeira porque eles se acham amigos pra se tratar desse jeito, mas nunca vi assim tão chocante assim, graças a deus, porque eu ficaria irritada.

Outro fato que chama a atenção é, durante sua fala, o nome de Deus aparecer algumas vezes nesse curto espaço de tempo.

Vejamos a fala da professora D. (50, português):

Eu falo que as pessoas são covardes, porque é sempre de uma forma indireta, isso é covardia, porque se você é preconceituoso, não deveria ser, mas se é... Isso é ruim para você detectar, é aquela... De forma muito sutil até, mas que você sabe que existe.

A professora reitera que as ações das pessoas que praticam o racismo são covardes, que se escondem atrás dessa naturalização e banalização do preconceito, pois utilizam-se desse senso comum para tentar ofender o outro.

O professor V. (36, história cita que, enquanto professor, já vivenciou situações que alunos racistas ofenderam outrem:

Mas já, em escola como professor, já vi, por exemplo, discrimina o cara que é negro com piadas de macaco, quando se entrega uma folha, por exemplo, uma lista de prova ou chamada, daí tem a listagem dos nomes e o cara escreve no nome daquele que ele não gosta 'macaco, fedido'...

O racismo está aí, velado, mas ao mesmo tempo escancarado. Devendo o professor saber trabalhar quando ele desponta em sala de aula, problematizando, evidenciando e principalmente, desconstruindo. Pois a sociedade já traz essa carga histórica enraizada em suas marcas. Cabe agora à educação retirar essas amarras e seguir em frente escrevendo uma nova história que abranja todas as pessoas, compondo toda a diversidade dentro de um mesmo espaço social, onde todos se respeitem.

Por fim, a professora D. (50, português) conclui que:

Discriminação racial é um assunto muito complicado porque é crime inafiançável, imprescritível, isso é bastante complicado, mas nós sabemos que tem velado, escondido, mas nós sabemos que tem, que talvez seja o maior preconceito, não é nem o social, porque social eles são parecidos, não é religioso, até porque não sei se é uma constatação um pouco superficial, eles não darão uma importância para a religião, racial e de orientação sexual ainda bastante, mas a mais racial.

A discriminação contra a diversidade está presente dentro da escola, de maneiras sutis, apresentando-se em formas de brincadeiras. Resta saber como os docentes abordarão essas temáticas, a fim de problematizá-las e solucioná-las, pois a escola é um segmento da sociedade, e deve garantir que todas as pessoas estejam seguras e sentindo-se bem dentro dela.

Na realização das entrevistas, algumas professoras trouxeram experiências vividas por elas acerca do racismo. Ainda que não fosse o foco do questionário, todo ponto de vista é válido, principalmente quando se trata de um tema tão delicado como é o racismo institucionalizado. Não podemos deixar de lembrar que as professoras sofrem opressões raciais bem como de gênero dentro da sociedade. Por esse fato, trouxe aqui suas experiências.

A professora E. (27, química) elucida bem essa questão:

Eu não tenho muita certeza com relação a isso porque eu quando me coloco nesse contexto de discriminação vem várias coisas. Vem o fato de ser mulher, o fato de ser negra, várias outras coisas que sempre que a gente chega nesse ponto, quando eu estou envolvida nessas discussões sempre vêm esses questionamentos.

Resistir em uma sociedade patriarcal, heteronormativa e branca não é uma tarefa simples. E a professora não estaria isenta de sofrer discriminação.

A professora J., (55, história) também traz um relato sobre a dificuldade de ser mulher e negra nessa sociedade:

Meu marido veio sair de casa, foi ter uma nova vida, e eu tive que simplesmente arregaçar as mangas. Nos recursos humanos também em (escolas) privadas, fui, eu ia até o final da entrevista e no final eu percebia que era minha aparência que eu não ficava contratada nas escolas, tipo Bom Jesus, tipo as escolas grandes que meu currículo agradava mas a minha forma física não agradava a sociedade na qual faziam parte essas escolas.

A professora expõe que tinha qualificação para assumir o cargo, mas por se tratar de uma escola de elite, que atendia muitas vezes em sua maioria pessoas brancas, ela não conseguia o emprego.

A mesma professora expôs uma vivência sua em sala de aula sobre a prática institucionalizada do racismo

Estar sempre convivendo e tendo todos os dias que provar, hoje mesmo eu to falando no ensino médio da escravidão no Brasil, aí eu falei pra eles, ele falou 'professora, a senhora é uma mulher bonita, inteligente' eles me adoram. 'tronco não existe, professora, já passou...' eu falei 'não, o tronco às vezes é uma palavra quando alguém fala com você, o olhar quando alguém fala com você, o tronco existe até hoje. Ele tá de forma transparente, sempre tem alguém querendo, entendeu? Ver a cor das pessoas, e não o que ela pode oferecer, e não o que tem dentro do coração dela de bom.

Ela afirma a necessidade cotidiana de ter que se colocar diante da sociedade, resistindo à olhares e palavras racistas que são corriqueiras no dia a dia. Sendo uma pessoa com a idade já um pouco avançada, ela já traz essa vivência, já sabe como o racismo se manifesta por meio de sutilezas. E traz uma afirmação dolorosa para os dias de hoje: o tronco ainda existe.

Diante desses relatos, só nos resta a concluirmos que: a formação é a motivação que vai impulsionar essa mudança na sociedade, no entendimento sobre o que é o racismo, como ele funciona e como e por que ele deve ser combatido.

O professor M. de sociologia foi o único que demonstrou saber a necessidade dessa formação teórica, estando ele mais bem preparado para trabalhar com essas temáticas caso presenciasse atitudes racistas em sala de aula.

O professor M (54, sociologia) expõe que a maior dificuldade é trabalhar:

A questão da diversidade racial, que está previsto, a gente faz essa discussão, faz esse debate. É difícil fazer uma discussão desse tipo em uma sociedade como a nossa que existe uma ideia de democracia racial colocada, mas que na prática isso não se materializa, não se concretiza, fazer uma discussão partindo da ideia que as pessoas não se identificam.

Ou seja, como fazer com que as pessoas se identifiquem enquanto negras? O docente afirma que não há um reconhecimento dos alunos dentro de sala de aula enquanto negros. E continua:

Como que mobiliza um país onde mais da metade é negro, mas não se enxerga como negro? [...] transformar é tudo muito complicado, muito difícil, porque as pessoas não se identificam, essa é a dificuldade maior, do cara não se olhar, as vezes se olha no espelho mas não consegue... "branqueou". Não consegue se enxergar.

E prossegue:

É difícil, se o cara nem se enxerga como o tal, como você vai querer discutir lá na frente que tem que ter vaga, cota transitória? Não rola, é difícil pra caramba. Bem complicado. Mas tudo bem, a luta continua.

O professor só consegue problematizar todas essas questões pertinentes porque possui formação na área, tendo em vista que fez o curso de Ciências Sociais. Além do mais, ele trabalhou na construção do movimento social da CUT como secretário geral de combate ao racismo.

Isso só reafirma o que estamos evidenciando desde o início do capítulo: a formação é necessária e fundamental para que os professores minimamente consigam trabalhar com as situações de racismo que despontam em sala de aula. Logicamente que não serão todos que se apropriarão do discurso tal qual o professor M (54, sociologia) mas que, diretamente, elaborem uma discussão sobre o que é e como impactam os adolescentes dentro da escola.

Por fim, o professor explica brevemente sobre o colorismo e o branqueamento e suas consequências dentro da sociedade e questiona:

As pessoas não se identificam, por exemplo, com essa questão de raça. O que é ser negro? Na verdade, o que é ser negro no Brasil? É uma espécie de degrade que vai e desce o mais até um pouco menos, mas as pessoas tem dificuldade de se enquadrar, acho que quanto menor a intensidade do degrade, o cara se acha mais branco, mais alem, mais aquém de alguma manifestação de racismo, de preconceito. Situações desse tipo, das pessoas não se identificarem, de se colocarem a margem, a escravidão já passou, olhem quanto tempo. Pra que isso? Para que cota? Eu sou tão igual como qualquer outro, mas não consegue enxergar porque além disso pode ter uma questão de dívida social, enfim, e que é uma política transitória.

Como superar essa dívida social?

### **2.3 - DIVERSIDADE SOCIAL E CULTURAL**

Ao longo da sessão, pudemos observar que a diversidade não se situa restrita ao espaço nem ao tempo, sendo constantemente reinventada e reconstruída de acordo com nossa lógica e nossa cultura, que se ressignificam constantemente.

A cultura, como vimos no capítulo anterior, pode ser entendida como *“Fenômeno unicamente humano, a cultura se refere à capacidade que os seres humanos têm de dar significado às suas ações e ao mundo que os rodeia”* (BARRETO et. Al., 2009, p. 47) dessa forma, respeitar a diversidade cultural é

respeitar as formas com as quais as culturas são produzidas dentro da nossa sociedade. Considerando as origens de cada pessoa e respeitando assim, suas diferenças.

O papel do professor, então, é zelar pelo respeito à diversidade em sala de aula, identificando as situações de discriminações existentes. De modo a fortalecer o processo de construção de identidade dos alunos, independente da sua orientação, cor ou credo, pois é na convivência com o diferente que os alunos passarão a compreender e fazer valer o respeito à diversidade.

Faz-se necessário ressaltar que:

Educar para a valorização da diversidade não é, portanto, tarefa apenas daqueles/as que fazem parte do cotidiano da escola; é responsabilidade de toda a sociedade e do Estado. (BARRETO, et al., 2009, p.31)

Portanto cabe a todos e em todos os espaços sociais.

#### **2.4 - Diversidade Social**

O questionário abordou também se o professor identificava a expressão de situações oriundas da diversidade social e cultural, sendo convidado a discorrer o que entendia por essa diversidade. Os docentes, na maior parte, demonstraram boa percepção sobre o cenário que estavam incluídos.

A diversidade está presente em nossas vidas de maneira direta, sendo confrontada cotidianamente. É necessário que o professor saiba trabalhar com essas questões, e mais do que isso, consiga compreender as condições do indivíduo. Saber qual o contexto social e cultural o adolescente está inserido é entender sua realidade, podendo olhá-lo de forma singular diante das suas circunstâncias de vida.

A professora M.(35, biologia) afirmou que:

Então é bem diversificado, porque vem, a gente recebe aluno de todos os lugares de Curitiba e da Região Metropolitana de Curitiba, porque os alunos preferem estudar no centro a estudar em escolas do seu município porque acha que aqui tem profissionais melhores.

Nessa escola, que é uma escola central, estudam muitos alunos de regiões periféricas, ou mesmo de outros municípios próximos à Curitiba. Muitos optam por estudarem nessa escola ou por julgarem que o ensino será melhor, ou por trabalharem no período da tarde, ficando mais acessível para chegar ao local de trabalho estando na região central.

A convivência com a diversidade implica o respeito, o reconhecimento e a valorização do outro, e não ter medo daquilo que se apresenta inicialmente como diferente. Esses são passos essenciais para a promoção da igualdade de direitos. (BARRETO, et al., 2009, p.31)

De acordo com a fala da professora percebe-se a necessidade da convivência com a diversidade, impactando diretamente no respeito ao outro que é diferente do aluno.

Muitas vezes os professores atrelam a diversidade social restritamente à questão econômica. Como demonstra a fala da professora E. (27, química):

A gente vê o quanto existe alunos que tem uma condição financeira já diferente que eu acho que a maior parte dos alunos aqui eles não são nem de Curitiba, são da Região Metropolitana.

Considerar a diversidade social ligada à condição financeira não está errado, mas é importante evidenciar que esse é apenas um dos elementos que compõem a realidade social de alguém. As relações que as pessoas estabelecem ao seu entorno também compõem a realidade social.

A mesma professora E. (27, química) ressalta que muitos alunos buscam a escola como meio para alcançar novas perspectivas culturais e sociais:

Aqui é um público bem mais jovem que, apesar dos alunos aqui muitos trabalharem, eles fazem estágio, eles ainda tem um... Não estão na escola só para ter o diploma, ali você consegue observar o contexto mesmo que é o esperado, de um adolescente estar na escola para ter oportunidade de conhecer as coisas e aí escolher uma profissão.

Demonstrando que a professora compreende que a escola existe para além da formação de conteúdo, mas principalmente, como um local para aprendizagem e conhecimento de novas culturas, novas situações, novas concepções.

Há também uma valorização por parte dos professores para aqueles alunos que, sabidamente, têm questões socioeconômicas diferenciadas. Como apresenta a fala da professora E. (55, Educação Física):

Essa parte que você vê um desnível gigantesco daquele aluno que vem da periferia que acorda de noite pra chegar aqui na escola, que valoriza estudar aqui, que acha que aqui pode ser melhor da onde mora e acaba vindo pra cá, almoça na escola e vai trabalhar. Esse é um perfil de aluno. Agora outro que vem pra escola um dia, falta no outro, na hora do recreio fica aí jogando que a gente sabe que a maioria, quem tem uma família que acompanha na hora do almoço deveria ir pra casa almoçar. Se a mãe fez comida, está esperando chegar etc.

Mesmo reconhecendo a dificuldade dos alunos, claramente os medindo por uma questão de esforço e mérito, a professora cria um padrão de referência a partir da sua perspectiva e realidade, e julga negativamente os demais alunos que não possuem essa sua idealização. Separando os alunos em classes: os esforçados em terem um futuro, e os que não são, conseqüentemente, esses que não são ela os classifica como não orientados por uma família.

Entretanto existem professores que afirmam não existir questões díspares entre os alunos, como é o caso da professora D. (50, português):

Mas a parte social e cultural eu não vejo grandes diferenças aqui, quando você não vê grandes diferenças, você não vê esses casos de conflitos ou de histórias diferentes.

Tal negação acontece, pois a professora pressupõe que todos os alunos possuem o mesmo nível, tanto cultural quanto social, o que é um equívoco, pois ao fazer tal afirmação a professora anula toda a vivência e carga acumulada que cada aluno traz consigo.

Existem também professores que utilizam a sua vivência como exemplo para julgarem a realidade dos alunos, como é o caso da professora L. (45, matemática):

Eu só passei no vestibular porque eu lia a matéria antes e quando eu fiz o terceiro, o cursinho, eu só ia tirar a dúvida em sala de aula.

A fala da professora demonstra que, além de ela usar uma referência meritocrática sobre os alunos, ela os classifica – implicitamente – como desinteressados nos estudos, indicando que os alunos deveriam ter a mesma postura que a dela para passarem no vestibular.

Esquece a professora que o aprendizado só se conclui quando o aluno é tocado por aquilo que está aprendendo.

o aluno aprende quando, de alguma forma, o conhecimento se torna significativo para ele, ou seja, quando estabelece relações substantivas e não arbitrárias entre o que se aprende o que é já se conhece. É um processo de construção de significados (Cesar Coll 1994 apud Dayrell 1996, p. 22)

Alguns professores se mostram sensíveis às questões familiares dos alunos, buscando compreender suas realidades. Como consequência, acabam fazendo juízo de valores sobre as famílias que não são entendidas como “ideais”. Percebemos esse parecer na afirmação do professor V. (36, história):

Questões de abandono, violência familiar, nunca aprofundi muito porque a gente não tem muito tato pra saber coisas mais profundas assim e seguir

desse ponto, mas como que é a cultura da família, como que apresenta a estrutura da família, o conhecimento que os pais em casa que a família tem, qual foi o investimento cultural e tudo...

O professor demonstra que compreende a importância que a organização familiar influi na vida do aluno, bem como isso reflete em sala de aula. Mas em seguida expõe a sua dificuldade em conseguir trabalhar com esse fato, pois não consegue ter acesso a esses dados, nem como conseguiria manejar essas informações sozinho, demonstrando a necessidade de um apoio da equipe pedagógica, bem como evidenciando a necessidade de uma equipe multidisciplinar para tratar sobre essas temáticas sensíveis.

A professora E. (27, química) fala sobre:

Às vezes tem uns alunos que não tem isso em casa, e eles precisam na escola, essa questão de autoridade mesmo.

A docente sinaliza que percebe de alguns alunos uma falta que não consegue nominar exatamente, dizendo que cabe à escola suprir essa lacuna. Sendo um espaço onde os alunos sentem-se acolhidos e seguros, seria papel da escola suprir essa carência?

Ao longo das entrevistas, evidenciamos também a dificuldade de alguns professores trabalharem com questões de saúde, como o caso de alunos usuários de substâncias entorpecentes. Os docentes acabam não conseguindo trabalhar da melhor forma, nem mesmo identificar a substância utilizada, caindo em questões de julgamento e rotulações do aluno como vemos a Professora M.(35, biologia):

O que a gente vê mais é a questão da diversidade de gênero, então, preconceito e discriminação contra os homossexuais. Tenho um menino no EJA que é abrigado e daí ele começou a vir pra escola na semana retrasada, eu acho, e desde o começo está tendo problema com ele. As meninas acham que ele usa droga em sala, que viram ele comprando adesivinho na banca, eu falei 'ó, eu não vi nada, se for eu acho que é LSD, mas eu não tenho certeza porque eu não vi".

Há uma nítida confusão entre questões sociais, de gênero, e social. A professora não possui uma fala clara sobre a questão feita, e coloca todas as situações em uma mesma realidade. Pode-se concluir que a falta de formação e orientação sobre as temáticas fazem com que o professor não consiga trabalhar sobre.

A professora E. (27, química) expõe outra situação sobre a questão das drogas dentro da escola:

Outros contextos de drogas, para dentro de sala de aula, neste momento trabalhando a noite, então tinha muito isso, tinha as questões de você saber quem vende droga, quem usa droga, quem tudo isso dentro da escola e agir naturalmente porque esse é o contexto daquele ambiente.

Na sua fala, a professora busca compreender a realidade social daqueles alunos que frequentam aquela escola da melhor forma possível, expondo que não há um diálogo sobre a problemática. Tratando como natural o uso e a venda de substâncias ilícitas no meio escolar. Sabemos que é uma situação complexa, que demanda um trabalho em conjunto com a direção e orientação pedagógica, demonstrando, mais uma vez, que a professora não tem uma formação para abordar a temática.

Entretanto existem professores que buscam compreender o meio e as motivações dos alunos por serem e agirem dessas formas, como a professora E.(27, química) reitera:

Cada um ali tem uma vida, e tá vivendo varias coisas fora dali e dentro do contexto da escola.

A professora demonstra que busca compreender o universo do aluno e suas motivações, evidenciando que esforça-se para analisar cada caso de uma forma única, respeitando as individualidades de cada aluno.

Por fim a professora J. (55, história) anuncia que respeitar a diversidade:

É você respeitar a diversidade social e cultural que tem dentro de um país como o Brasil. Todos serão amados e bem vindos, e ouvidos por todos. Não é minoria. Não é origem no catolicismo. É o respeito.

## **2.5 - Diversidade Cultural**

Sobre a diversidade cultural, alguns professores demonstraram confusão na hora de responder a pergunta realizada. A professora M. (35, biologia) falou:

Diversidade cultural, por exemplo no (Nome da escola) tem um grupo folclórico.

A professora E. (55, Educação Física) afirmou:

A parte cultural a gente sempre trabalha perto da, aqui não teve festa junina, mas na outra escola como tem a festa a gente trabalha a parte do folclore. [...] aqui o que eu posso trabalhar é dança de rua, mas mais pro fim do ano por que se voce for trabalhar dança você precisava ter uma sala com espelhos, aqui não tem.

Percebemos que, quando abordadas sobre a diversidade cultural, as professoras respondem baseadas no conceito de cultura como fato popular, trazido de cada povo, demonstrando que não sabem à que se referem a diversidade cultural. Atrelando cultura à danças típicas e ao folclore.

Houve uma fala que a professora L.(45, matemática) colocou que chamou a atenção pela desinformação que a docente trazia sobre vários assuntos:

Estão todos muito hiperativos em relação a conversar na sala de aula, a usar o whatsapp, julgar... eles ainda não tem aquela... eu sinto que eles ainda não têm aquela responsabilidade que tínhamos antigamente eles acabam misturando muito as matérias, não entendem menos com menos, no caso os sinais, mas isso é porque o ensino, depois que lançaram esse ECA, porque o aluno... nós temos que viver em sociedade, existem regras, e essa regra de passar direto fez com que eles não tenham mais responsabilidades de aprender

Quando questionada sobre a diversidade cultural, a professora respondeu que as tecnologias e as mídias atrapalham a aula, bem como a hiperatividade em sala de aula, resultando na não compreensão da matéria, e isso se devia ao Estatuto da Criança e do Adolescente. É uma fala bastante complexa, pois a professora misturou várias questões, não sabendo se expressar diante de uma pergunta que, claramente, ela não em compreendeu. O que surpreende é o fato da professora inserir vários preconceitos sobre os alunos, sobre temas que ela não compreende e toma-os como problema (como é o caso do ECA) responsabilizando os alunos por não entenderem o assunto aplicado em sala de aula.

Compreende-se que:

a diversidade cultural na sociedade brasileira também é fruto do acesso diferenciado às informações, às instituições que asseguram a distribuição dos recursos materiais, culturais, e políticos, o que promove a utilização distinta do universo simbólico, na perspectiva tanto de expressar as especificidades das condições de existência quanto de formular interesses divergentes. Dessa forma a heterogeneidade cultural também tem uma conotação político ideológica (Dayrell, 1996 p. 8-9)

Dessa forma, entende-se que a diversidade cultural é uma questão política, que influi nas relações diretas de consumo e capital cultural no estado objetivado, segundo Bourdieu (1980), pois o mesmo é transmissível em sua materialidade.

Alguns professores, entretanto, conseguem ter uma visão mais ampla sobre a diversidade cultural e a maneira com a qual ela está explícita dentro da escola. A professora D. (50, português) elenca que:

Na parte cultural a gente percebe claramente alguns alunos, que são os melhores, que são aqueles que se destacam, o aluno está lendo uma literatura de qualidade, e ele tem destaque porque está aprendendo mais, e alguns alunos não leem absolutamente nada, o que é natural, a leitura vai criar e vai facilitar muitas coisas na vida dos alunos, das pessoas... questão cultural que quem lê mais, se informa mais, vai discutir melhor, tem mais argumentos e vai se dar melhor no final, o que é bem previsível.

Entendemos que, por um lado, a fala da professora é um tanto meritocrática, pois quem se esforça mais, lê mais, conseguirá atingir melhores resultados no final. Claro que, dentro da sua matéria, tal fato contribuirá para um êxito maior, uma vez que ela trabalha com português. Entretanto evidenciamos nessa fala que o capital cultural adquirido pelo aluno influi no seu resultado final. Não seria então papel da escola incentivar que todos os alunos adquirissem tal capital da mesma forma?

A professora E. (27, química) expõe que:

Sala de aula é um contexto de muita diversidade eles usam para conhecer um pouco do que é fora, eu acho que todos eles, na idade que eles têm, toda essa influência religiosa vem da família. [...] então eu acho que conhecer como as outras pessoas vivem sem ter religião ou tendo religião é muito esse momento dentro da sala de aula. E mesmo que muitas vezes a gente não veja grupos de alunos que tem mesmas características, talvez mesma religião, a gente vê os grupos que tem essa diversidade.

A sala de aula acaba sendo um espaço de diversidade cultural, e os alunos aproveitam para descobrir essa diversidade, conhecendo o outro, explorando sobre a vivência do outro. Elucidando especialmente a questão religiosa, como um momento para que todos possam apurar sobre novas realidades, as quais nunca tiveram contato até então. E esse é, também um dos papéis da escola: permitir que os alunos percebam novas realidades e aprendam a conviver com as diferenças.

Sobre a figura do aluno, é importante entender que:

Trata-se de compreendê-lo na sua diferença, enquanto indivíduo que possui uma historicidade, com visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, com lógicas de comportamentos e hábitos que lhe são próprios. (DAYRELL, 1996, p.5)

É necessário respeitar o aluno enquanto sujeito, que traz uma bagagem consigo e aplica seus conhecimentos que traz consigo no espaço que divide com os demais, no caso, a escola.

O professor M. (54, sociologia) expõe que a diversidade cultural implica:

Que você vive em um mundo que as coisas são plurais e que as pessoas precisam ser respeitadas no que elas querem, no que elas têm vontade, o que elas preferem que seja melhor para elas, e não que um determinado grupo diz que é.

Entendendo a diversidade com necessidade de respeito às individualidades de escolha do outro, seja no seu grupo social, seja na sua religião, seja na sua orientação sexual, seja na sua raça. A pluralidade existe para que ela seja compreendida e que se resguarde suas particularidades.

Ainda o mesmo professor afirma que existem alunos que:

Não assim, explícito, mas já observei coisas como as pessoas não se manifestarem por conta de estar no grupo, mas às vezes as pessoas acabam não se colocando porque tem medo de se expor. Mas existe.

Alguns alunos com opiniões divergentes ou posições distintas dentro de sala de aula se omitem por medo do julgamento dos demais. Não podemos deixar de compreender que a sala de aula de adolescentes muitas vezes pode ser dura e cruel com aquele que possui uma questão cultural diferente da dita como norma. Entende-se que a atitude dos alunos seja, até mesmo, como forma de se defender de situações constrangedoras para si. Mas é importante que o professor observe e perceba esse acontecimento em sala de aula.

## **2.6 - Julgamentos**

Dentro das respostas que os professores forneceram, muitas foram às falas enunciadas de forma preconceituosa ou mesmo julgadoras para com os alunos. Apesar de a docência ser uma profissão exaustiva, é necessário que professor tenha sempre em mente que o aluno está ali para aprender, e não para ser julgado. Sabemos que esse distanciamento entre as partes é difícil, pois o cotidiano é desgastante para ambos. Mas o professor é a pessoa mais velha, que possui mais conhecimento sobre os fatos. Cabendo a ele sempre fazer a autocrítica, para evitar um olhar jocoso para os alunos.

Professora L., 45, Matemática – Eles não têm um norte a seguir, falta alguma coisa. [...] de 100% da sala, 5% eu considero que se esforça e tenta aprender. Os outros eu percebo que eles copiam.

Professora C., 46, Inglês – adolescentes têm muita dificuldade em trabalhar hierarquia.

Professora C., 46, inglês – aqui os alunos são bem difíceis em termo de comportamento, porque a própria direção tem essa postura, se não respeita o professor o aluno vai respeitar? Não respeita...

Professora E.,47, Educação Física – Eu vejo que o difícil é esse número grande de alunos e o descomprometimento deles com a escola. Descomprometimento em termos de estudo. Porque eu vejo que a direção e a parte pedagógica se empenham muito, mas já vem de um histórico de anos de pais que não acompanham o estudo deles.

Professora E., 47, Educação física – bem mal educados, a maioria você percebe que tem umas estrelinhas de família com uma estrutura familiar mais organizada, com uma educação que a gente percebe que a gente fica muito feliz, mas se eu for contar assim de trinca e cinco alunos a gente pode salvar na sala uns dez. então o resto eles realmente enfrentam, eles não tem respeito, eles discutem e eu acho assim... Terrível.

Professora E., 27, Química – tem aluno que tem dificuldade de aprendizagem que ele usa drogas todos os dias, não necessariamente porque ele tenha dificuldade em aprender, é porque ele fumou cinco baseado naquele dia. Tem um aluno que vem bêbado pra dentro de sala de aula, tem aluno que engravida, todas essas questões influenciam sim o contexto, influenciam o trabalho do professor.

Professor V.,36, História – hoje falta um pouco de leitura, as pessoas copiam muito as coisas, acreditam muito na fake news, a história, acho que ela faz parte da nossa vida, da nossa memória, da nossa cidade, não só do indivíduo, mas do coletivo.

Professor V.,36, História – eles reproduzem um pouco. Geralmente eles copiam, eles não tem uma ideia mirabolante. Nem pro bem, nem pro mal. Eles copiam essas coisas e reproduzem isso aí dentro da sala de aula.

Com as falas, podemos perceber que existe uma situação difícil em sala de aula, que os professores muitas vezes não dão conta, tratando-se de um senso comum arraigado na nossa sociedade. Esquece-se que o adolescente, tal qual a criança, precisa ser cuidado, acolhido e orientado. Efetuar esse discurso segregacionista, elitista, que não compreende a realidade social e cultural que os alunos estão inseridos é afastar cada vez mais o jovem da escola.

Compreendemos que a profissão de professor é complexa, que os desgasta e explora. Mas é necessário que o docente tenha como norte a educação e o resguardo do direito dos adolescentes. Situações extremas acontecem, claro. Sala

de aula é um ambiente dinâmico, e sabemos que existem alunos que demandam mais da energia do professor. Sabemos também que a demanda em sala de aula para dar conta de conteúdo, situações entre os alunos, conflitos e tudo o mais não é simplória. O professor possui uma carga muito alta. Mas é necessário um trabalho pedagógico em equipe, com a escola, direção e pedagoga para que o professor tenha esse amparo e resguardo. Dessa forma, o trabalho do docente não é sobrecarregado, e o bem maior que é o aluno, é preservado e resguardado.

Faz-se necessário ressaltar que o intuito desse trabalho não é imprimir o papel de vilão ao professor. Ao contrário, sabe-se que muitas vezes o docente está sozinho em sala de aula, sem resguardo. Tendo que resolver conflitos dessa magnitude sem nenhum amparo ou conhecimento sobre o tema. Sabemos que as atitudes tomadas, muitas vezes, são carregadas de boas intenções. Além do mais, a formação do docente não é responsabilidade apenas do mesmo.

Percebemos que o preconceito é algo profundo em nossa sociedade, estando todos propensos a julgar o outro a partir da nossa perspectiva. Essa discriminação só deixará de existir a partir do momento que tenhamos formações sobre as temáticas, para que possamos compreender a realidade do outro e as motivações que ele tem para ser dessa forma. Outro aspecto importante que se espera de um docente é a empatia, pois o mesmo trabalha com pessoas de todas as classes, cores, credos e orientações. Não cabe a ele julgar sob a sua ótica a perspectiva do outro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização da pesquisa, elucidaram-se vários temas pertinentes à construção da laicidade dentro da sala de aula, e como esse espaço vai sendo permeado e fortalecido através das ações dos professores.

Ao longo da construção teórica, pode-se compreender que o primeiro passo para garantir a existência da laicidade dentro do espaço público é romper com a naturalização existente acerca de situações que infrinjam o direito do outro em nome de uma fé ou moral.

Estando o professor dentro do espaço público, ele passa a ser representante do mesmo, e deve defendê-lo como tal, garantindo a existência de um ambiente plural e democrático. A religião se manifestará dentro da escola de várias formas, entretanto, não deve se priorizar apenas uma em detrimento de outras, pois o Estado laico não se opõe à religião. Ao contrário, ele garante a existência de todas dentro de um mesmo espaço, convivendo de maneira harmoniosa.

A religião cristã faz parte da nossa construção cultural, e foi responsável pela formação da nossa sociedade. Entretanto, há que se garantir o espaço para a pluralidade de pensamentos e crenças.

Os professores devem procurar trabalhar com essa diversidade de credos da melhor forma possível, e isso só acontecerá se eles tiverem acesso à formação e ao debate sobre como efetivar o Estado Laico dentro do ambiente escolar. Sem a existência dessa discussão não será possível garantir a soberania da diversidade dentro do ambiente público. Apenas a formação docente respaldará e garantirá a liberdade de cátedra dentro de sala de aula, elucidando o que é a cultura e o que é a religião.

Ao longo da pesquisa muitos professores não souberam definir o estado laico. Fosse sua constituição, fosse sua perpetuação. E ao não saber como fazê-lo, evitavam a temática por receio à infração de normas, passíveis de conflitos com os alunos e seus familiares. Verificou-se que há a necessidade do questionamento sobre a função e origem do Estado Laico, para que os mesmos soubessem defini-lo e garanti-lo.

Os professores que apresentaram maior conforto para abordar a temática da laicidade foram os formados em licenciaturas voltadas às ciências humanas. Ainda que não o fizessem de maneira completa, ou mesmo apresentassem algumas falas contraditórias, discorriam com maior facilidade sobre o assunto.

Faz-se necessário então que o professor compreenda o seu papel enquanto funcionário público e representante do Estado dentro da sala de aula, para que haja o debate da laicidade entre os alunos também.

É importante ressaltar que o professor está inserido na sociedade e foi socializado em consonância com a religião cristã, e por isso, pode naturalizar alguns acontecimentos que poderão despontar em sala de aula, ou mesmo ser protagonista de alguma situação desse tipo. Por isso a formação docente é dada como a resolução desse conflito. Os professores devem debater sobre a temática, afim de garantir o Estado Democrático de Direito.

Garantir a laicidade é mais do que garantir um estado sem religião. É respeitar a escolha dos indivíduos e garantir que todos tenham direito a professar suas crenças. A escola deve buscar a garantia desse princípio constitucional, pois representa o Estado. E deve buscar pelo bem estar de todos que socializam dentro dela.

Durante a pesquisa, pode-se perceber que os professores possuem dificuldades em evidenciar as situações que envolvam a laicidade, em virtude de sua naturalização. Muitos não compreendem o que é o Estado Laico, como ele se constitui e como ele, enquanto docente, deve garanti-lo.

A garantia do Estado Laico é o que garante a existência e o resguardo de diferentes culturas dentro da nossa sociedade. O professor deve buscar compreender tal fato. Sendo essa uma premissa da laicidade, a diversidade - seja ela de credo, orientação sexual, racial, cultural ou social – deve ser resguardada. O professor, dentro de sala de aula, deve buscar despir-se de seus julgamentos pessoais acerca dessas temáticas, pois não lhe cabe fazê-lo nesse espaço.

No decorrer da pesquisa, pode-se perceber que os professores não conseguem efetivar essa distância, o que acaba gerando conflitos e julgamentos. Durante as entrevistas, pode-se perceber que os docentes realizam resoluções sobre as temáticas que não possuem conhecimento aprofundado. É importante que existam formações sobre as diversidades presentes em uma escola, e como elas devem ser abordadas e tratadas com os adolescentes.

Faz-se necessário debater sobre as temáticas mais delicadas, para que os alunos que compõem essas minorias sintam-se pertencentes e partes daquele espaço. Para que isso ocorra, os professores devem aprender a identificar situações que possam derivar em preconceitos travestidos de brincadeiras. É importante

compreender de que forma essa diversidade se expressa dentro da sala de aula, para que o professor possa agir de maneira mais enfática com essa temática.

Discutir e formar os professores é necessário para que eles não reproduzam práticas racistas, sexistas, machistas ou homofóbicas, sejam entre eles, sejam entre alunos. Tal fato é importante porque esses assuntos despontam dentro de sala de aula, como verificamos ao longo da entrevista. O professor só conseguirá abordar e resolver a situação de conflito caso ele possua método para intervir, bem como conteúdo que o baseie.

Há que se desnaturalizar as questões envolvendo situações de diversidade camufladas de opiniões. É papel do professor trabalhar com isso e sobre isso, ainda que seja um desafio bastante complexo.

É o professor o responsável por fortalecer o processo de aprendizagem do aluno, garantindo que sua formação e construção de identidade ocorram de maneira mais saudável o possível, dentro de um ambiente laico.

Independente de sua cor, credo, raça, orientação sexual, cultura ou social, o aluno tem direito em ter sua individualidade respeitada e resguardada. Especialmente pelo fato do Estado ter que zelar por ele, pois a construção desse processo é cultural.

Dessa forma, ao professor cabe o não julgamento das circunstâncias que se evidenciam em sala de aula. A ele, resta garantir que as minorias sejam preservadas, ainda que não goste ou concorde com aquela diversidade. As situações envolvendo a diversidade podem ser notadas ao longo das falas, ao professor, resta a garantia de orientação acerca da temática eloquente. Entende-se que, enquanto pessoas, estamos sujeitos a elaborarmos falas e julgamentos a todo o momento. É algo inerente ao ser humano. É necessário que o professor perceba essa ação, para que – munido de auto crítica- passe a ponderar seus julgamentos sobre os alunos, entendendo que os mesmos são a parte mais fraca da escola, devendo ser resguardados. Sabemos que não é algo simples, mas tudo começa com o professor olhando para si e tendo amparo do corpo escolar como um todo.

Várias são as situações apontadas que os professores basearam-se no senso comum para resolvê-las. Não há uma fundamentação teórica, e em muitos casos os professores misturam conhecimentos religiosos com a laicidade. Entretanto, a formação docente não cabe apenas ao professor. A rede pública, o Estado precisa investir em formação para os profissionais da rede como um todo. Desde os

atendentes da secretaria, perpassando pela equipe pedagógica, contemplando a direção, bem como o corpo docente. Essa responsabilidade não pode recair apenas ao professor, que está muitas vezes sozinho em sala de aula tendo que trabalhar com esses conflitos.

Faz-se necessário que os professores compreendam como ocorre a construção da identidade do aluno, e como este é um processo importante para o mesmo, pois ele o carregará ao longo da sua formação enquanto sujeito. Por isso, toda prática preconceituosa é tão nociva para o aluno que a sofre.

Ao longo do trabalho várias foram as falas discriminatórias baseadas no senso comum dos docentes. Tal fato ocorre com naturalidade, pois os professores ao longo de seus cursos acadêmicos não possuem formação dentro da universidade para abordarem situações que envolvam a laicidade, bem como durante o exercício da profissão não existem atividades formativas sobre essas temáticas.

O preconceito, seja ele qual for, deve ser combatido, especialmente se vier do professor. Principalmente quando se manifesta e naturaliza em forma de brincadeiras. Faz-se necessário problematizar e discutir essas situações ditas naturais.

Enquanto formanda, ao realizar esse estudo pude perceber a importância do profissional que atua dentro da escola estar bem formado, apto para trabalhar com as questões de diversidade. Não apenas o corpo docente, mas a escola como um todo, visto que o preconceito pode se fazer presente em qualquer espaço institucional. Uma vez que nossa sociedade é composta por pessoas com crenças, valores e identidade diferentes umas das outras.

Portanto, a laicidade dentro do espaço público escolar deve ser garantida e preservada como forma de fazer valer a conservação dos direitos fundamentais dos alunos enquanto sujeitos. Prezar por essa garantia é o marco principal desse trabalho. Pude entender que a perpetuação desse direito influi diretamente na garantia de outros direitos, como a garantia da existência de outras culturas e diversidade, seja ela social, de gênero, de raça, de credo. A laicidade preconiza essa fundamentação.

Especialmente nos dias de hoje, devemos buscar por sua eficácia e efetividade dentro da escola assegurando aos adolescentes o direito de ser quem se é, crer no que se quer e existir da maneira que se deseja, devendo ser respeitado enquanto cidadão. O Estado deve garantir a ele seu espaço e seus direitos. Em

tempos que temos presenciado tantas transgressões de direitos, a escola deve buscar resistir e garantir aos alunos um local de acolhimento e segurança.

Cabe aos estudiosos da educação, buscar a permanência do Estado Laico dentro da escola pública. Os retrocessos existirão, mas sempre haverá aqueles que resistem. Que sejamos nós.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Marcelo; TEXEIRA, Pedro. A ESCOLA NUM MUNDO SECULAR E RELIGIOSO: PODERIA SER A TOLERÂNCIA UMA ALTERNATIVA?. **Revista Teias**, v. 15, n. 36, p. 61-79, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. In: **Escritos de educação**. 2004.
- BARCELLOS, Joycimar; ANDRADE, Marcelo. A religião entra na escola pública: uma análise da intolerância religiosa na escola. **XVI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. Anais**, p. 1-13, 2014.
- BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras (es) em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. **Livro de conteúdo. Versão**, 2009.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- BRASIL. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- CUNHA, Luiz Antonio. O sistema nacional de educação e o ensino religioso nas escolas públicas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 34, n. 124, p. 925-941, jul-set. 2013.
- DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, v. 194, p. 136-162, 1996.
- DOMINGOS, Marília De Franceschi Neto. Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância. **REVER: Revista de Estudos da Religião**, v. 9, 2009.
- FILHO, Elio Roberto P. S. Possibilidades Interpretativas do campo religioso brasileiro: três perspectivas complementares. **Plural. Revista do programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 20, n. 1, 2013, p. 99-120.
- GELEDÊS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Educação, relações étnico-raciais e a lei 10.639/03**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-lei-10-63903-2>. Acesso em: 7 dez. 2018.
- GELEDÊS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **O Negro na Sala de Aula**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-negro-na-sala-de-aula/>. Acesso em: 6 dez. 2018.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra**. Belo Horizonte: UFMG. Aletria, 2002.

- KNOBLAUCH, Adriane. Religião e formação docente: desafios para uma educação mais tolerante. In: **ANAIS**. REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37. 2015, Florianópolis: UFSC, 2015.
- LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**; Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. 2. Ed. Belo horizonte: Autêntica, 2001. Disponível em: <http://www.livrariaflorence.com.br/blog/a-diferenca-entre-sexo-identidade-de-genero-e-orientacao-sexual>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 14-36.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- DO AMARAL MADUREIRA, Ana Flávia; UCHOA BRANCO, Ângela. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, 2015.
- MARIANO, R. Mudanças no Campo Religioso Brasileiro no Censo 2010. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 14, n. 24, p. 119-137, jul./dez. 2013.
- NEGRÃO. L. N. Trajetórias do Sagrado. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 20, n. 2, p. 115-132, nov. 2008.
- PIERUCCI. A. F. “bye bye, Brasil” – O Declínio das Religiões Tradicionais no Censo 2000. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, 2004.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado, Violência*. 2004. é livro?
- SETTON, Maria Da Graça Jacintho. As religiões como agentes da socialização. **Cadernos CERU**, série 2, v. 19, n. 2, dez. 2008.
- SOUZA, Arivaldo Santos de. Racismo Institucional: para compreender o conceito. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 3, nov. 2010 – fev. 2011.
- SOUZA. A. R. O pluralismo cristão brasileiro. *Caminhos*, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 129-141, jan./jun. 2012.
- VALENTE, Gabriela. A presença oculta da religiosidade na prática docente. *Dissertação de mestrado*. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2015
- VALENTE, Gabriela Abuhab. *Laicidade e neutralidade na prática docente: efeitos de uma configuração social*. jul. 2018b

VALENTE, Gabriela Abuhab. Laicidade, Ensino Religioso e religiosidade na escola pública brasileira: questionamentos e reflexões. **Pro-Posições**, v. 29, n. 1, p. 107-127. 2018a

VALENTE. G. A. A religiosidade na prática docente. **Rev. Brás. Estud. Pedagog.** (*on-line*), Brasília, v. 98, n. 248, p. 198-211, jan./abr. 2017.

## ANEXO 1 – GUIA DA ENTREVISTA

### Temas e questões associadas

Temas:

- I. Características socioprofissionais do respondente
- II. Situações profissionais em relação à diversidade social e cultural
- III. recursos e justificação da ação, dos princípios de referência mobilizados

#### I. Características socioprofissionais do respondente

1.0 Qual é a sua idade?

1.1 Há quanto tempo você leciona? E nessa escola?

1.2 Qual/is disciplina/s você leciona?

1.3 Você poderia descrever sua trajetória profissional e seu percurso de formação?

Por que escolheu essa profissão?

Quais são planos para os próximos anos? No que se refere à profissão?

1.4 Você poderia falar dessa escola? Quais são as condições de trabalho?

Qual o perfil dos alunos? É uma boa escola?

1.5 Além de ministrar as aulas, você possui outras funções nesse estabelecimento? Você leciona em outros estabelecimentos?

#### II. Situações profissionais em relação à diversidade social e cultural

Descrição de situações profissionais

2.1 Você já teve alguma experiência, em sua atividade profissional, relacionada a diversidade social e cultural dos alunos e de suas famílias? Poderia contar um caso?

Como você agiu?

Como terminou a situação?

(Não precisa usar esta ordem das questões, pode perguntar primeiro sobre discriminação, por exemplo. O tema da religião é, por vezes, muito sensível para começar diretamente por ele.)

2.2 E mais precisamente com relação as religiões? Poderia dar um exemplo?

Como você agiu?

Por que agiu dessa forma?

O que é laicidade para você? A sua escola é laica?

Você já teve alguma experiência profissional envolvendo a questão da laicidade? Como foi? (Se a pessoa não souber, fale que a laicidade está relacionada ao Estado laico. Se mesmo assim, ela não souber diga que você pode lhe explicar após a entrevista). De que forma você fazia essa questão para seus entrevistados?

2.2.1 Você já viveu alguma situação envolvendo a questão da discriminação?

Poderia dar um exemplo? Como você agiu?

2.2.3 Você já teve alguma experiência profissional envolvendo a questão do racismo? Como foi?

Você já participou de algum projeto contra o racismo?